



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

LÚCIA FLÁVIA MACHADO DE MORAES

**O DEBATE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL**

Florianópolis

2022

LÚCIA FLÁVIA MACHADO DE MORAES

**O DEBATE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Departamento de Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Regina de Avila Moreira.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Moraes, Lúcia Flávia Machado de
O DEBATE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL / Lúcia Flávia Machado de Moraes ; orientadora,
Maria Regina de Avila Moreira, 2022.
80 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Gênero. 3. Sexualidade. 4. Serviço
Social. 5. Formação em Serviço Social. I. Moreira, Maria
Regina de Avila. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

LÚCIA FLÁVIA MACHADO DE MORAES

**O DEBATE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social

Florianópolis, 8 de dezembro de 2022

Banca examinadora

Prof^a. Dr^a. Maria Regina de Avila Moreira
Orientadora
(UFSC)

Prof^a. Dr^a Eliete Cibele Cipriano Vaz
1^a Examinadora
(UFSC)

Taili Joana Streb
Assistente Social da Prefeitura de Biguaçu
2^a Examinadora

Florianópolis, 2022.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, sou grata por ter insistido e chegado até esse momento, principalmente por ter tido pessoas que me acolheram e me ajudaram a não confiar em pensamentos autossabotadores.

Agradeço à minha amada esposa Paula, por ter me apoiado em todos os momentos, se mostrando uma verdadeira companheira. Além de apresentar-me novas formas de ver a vida e principalmente por me fazer saber como é se sentir amada. Eu te amo muito.

Reconheço e agradeço a minha família por terem feito o possível para o meu desenvolvimento. Aos meus irmãos, sou grata pelo apoio na troca de experiências e por me ensinarem cada dia mais, vocês são muito importantes para mim.

Aos professores e professoras, muito obrigada pelas experiências em sala de aula. À professora Eliete Cibele Cipriano Vaz, sempre muito gentil e acolhedora na sala de aula e fora dela, saiba que você fez muita diferença na minha experiência acadêmica, foi uma honra te conhecer e dividir mais esse momento com você. Deixo registrado meu carinho e agradecimento à professora Dilceane Carraro, por toda a gentileza e apoio na construção do projeto que deu vida a esse trabalho.

Às supervisoras acadêmicas e de campo, obrigada pelo suporte e carinho. Agradeço especialmente a Taili Joana Streb, por me receber como sua estagiária, me ensinar quanto profissional e acolher quanto pessoa, você me inspira.

À minha psicóloga, Daiane Regina Pinto, pelo suporte em todos os processos e por me mostrar ferramentas para passar por situações limitantes.

Amigues/família, é um privilégio ter vocês ao meu lado. Querides colegas de vida, universidade e estágio, obrigada por tudo.

À querida professora Maria Regina Avila de Moreira, saiba que sua presença em sala de aula é marcante, de encher os olhos e o coração. Obrigada por ser tão gentil e generosa durante esse processo de orientação, você foi fundamental para a conclusão dessa pesquisa. Foi uma honra dividir esse processo contigo.

Por fim, agradeço a todes que lutaram e lutam por uma sociedade mais justa!

***“Ninguém vai poder querer nos dizer como amar”
(Flutua - Johnny Hooker feat. Liniker)***

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar e compreender como o debate de gênero e sexualidade estão sendo abordadas durante a formação em Serviço Social, a fim de defender a importância da sua incorporação durante o processo formativo. Como meio de alcançar este objetivo optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental. Tivemos como base os documentos oficiais gerados pelos órgãos regulamentadores da profissão, a fim de compreender o direcionamento dado a respeito da temática para a formação e para a atuação profissional. O passo seguinte foi delimitar quais seriam as instituições alvos da pesquisa, estas foram as seis universidades federais do sul do Brasil que possuem o curso de Serviço Social. Para a análise, tive como orientadores os seguintes tópicos: há a oferta de disciplinas referentes à temática, qual a modalidade de oferta desta disciplina — obrigatória ou optativa — por disciplina específica ou em conjunto com outras temáticas, além de analisar os planos de ensino das respectivas disciplinas. A fim de obter tais informações contatou-se as universidades em questão, assim como acessei os documentos disponíveis em páginas oficiais, dentre eles os Projetos Pedagógicos dos cursos. Em síntese geral, para embasar a análise e as conclusões, partiu-se da contextualização e conceituação de gênero e sexualidade, seus passos iniciais no Brasil e no Serviço Social brasileiro. Além de discutir as vertentes feministas mais proeminentes, para então seguir para a pesquisa realizada com as universidades e com a análise dos conteúdos das disciplinas ofertadas pelas universidades. Os resultados obtidos afirmaram a possibilidade de inconstância da presença da temática durante a formação, já que a disciplina é ofertada optativamente por algumas instituições. Portanto, após a análise realizada, identificou-se haver a necessidade de incluí-la como componente curricular obrigatório, a fim de garantir a discussão da temática durante o processo formativo. Como alternativa, apresento perspectiva que defendo para um processo de formação que amplie e direcione para uma intervenção profissional alinhada ao projeto ético-político, condizente com as expressões da questão social e que coopere coletivamente com mudanças nas estruturas sociais.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Serviço Social; Formação em Serviço Social.

ABSTRACT

This research aimed to analyze and understand how the gender and sexuality debate is being addressed during Social Service graduation, to defend the importance of its incorporation during the graduation process. As a means of achieving this objective, we chose to carry out qualitative, bibliographical, and documental research. We used as a basis the official documents developed by agencies regulating the profession, to understand the direction given regarding the theme for graduation and professional performance. The next step was to delimit which would be the target institutions of the research, these were the six federal universities in the south of Brazil that offer the Social Service course. For the analysis, we had the following topics as guides: is there the offer of disciplines related to the theme, what is the modality of offering this discipline — mandatory or optional — by specific discipline or together with other themes, in addition to analyzing the teaching plans of the respective disciplines. To obtain such information, we contacted the universities in question, as well as accessed the documents available on official pages, including the Pedagogical Projects of the courses. In summary, to base the analysis and conclusions, we start from the contextualization and conceptualization of gender and sexuality, its initial steps in Brazil, and the Brazilian Social Service. In addition to discussing the most prominent feminist aspects, then move on to the research carried out with the universities and the analysis of the contents of the disciplines offered by the universities. The results obtained affirmed the possibility of the inconstancy of the presence of the theme during the formation since the discipline is optionally offered by some institutions. Therefore, after the analysis was carried out, we identified the need to include it as a mandatory curricular component, to guarantee the discussion of the theme during the training process. As an alternative, we present a perspective that we defend for a training process that expands and directs a professional intervention aligned with the ethical-political project, consistent with the expressions of the “social issue” and that cooperates with changes in social structures.

Keywords: Gender; Sexuality; Serviço Work; Graduate in Social Service.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados referentes à oferta de disciplina que aborde a temática	43
Tabela 2 – Dados referente a modalidade em que as disciplinas são ofertadas	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Referências bibliográficas da disciplina PSI05045 - UFRGS	46
Quadro 2 – Referências bibliográficas da disciplina SLSS026 - UFPR	48
Quadro 3 – Referências bibliográficas da disciplina DSS0005 - UFSM	49
Quadro 4 – Referências bibliográficas da disciplina DSS7166 - UFSC	51
Quadro 5 – Referências bibliográficas da disciplina Serviço Social e Gênero - UNILA	53
Quadro 6 – Referências bibliográficas da disciplina Relações de Gênero- UNIPAMPA	54

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ENESS	Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
GALF	Grupo Ação Lésbica-Feminista
GTP	Grupo de Trabalho e Pesquisa
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-Binárias, dentre outras
MEC	Ministério da Educação
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
OB	Obrigatória
OP	Optativa
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNILA	Universidade Federal de Integração Latino-Americana
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	GÊNERO E SEXUALIDADE, HISTÓRIA DO DEBATE NO BRASIL E NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	17
2.1	Uma breve contextualização e conceituação de gênero e sexualidade	17
2.2	Historicidade da temática de gênero e sexualidade no Brasil	23
2.3	A incorporação do debate da temática no Serviço Social	27
2.4	Gênero e sexualidade na formação em Serviço Social	30
2.5	A temática na formação atualmente	34
3	REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO E SOCIEDADE	37
3.1	A multiplicidade de feminismos	37
3.1.1	Interseccionalidade e consubstancialidade	40
3.2	A temática nas universidades federais do sul do Brasil	42
3.2.1	Análise das disciplinas ofertadas pelos cursos	45
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS	60
	APÊNDICE A – Formulário enviado às universidades	65
	APÊNDICE B – Planos de ensino das universidades	66

1 INTRODUÇÃO

Acredito que adentrar os portões de uma universidade nem sempre é uma tarefa fácil, para mim não foi. Principalmente de uma universidade pública, a qual eu não tinha a mínima noção de como funcionava, muito menos da complexidade que envolve todo o sistema de ensino público. Eu, uma mulher lésbica, primeira da minha família a estar no ensino superior, em uma cidade nova, trabalhando meio período e quase sem nenhum conhecimento de tudo que transpassava o curso que escolhi, o Serviço Social. Hoje, vejo que todos esses fatores estão relacionados com o curso, mas a que custo consegui compreender isso? Digo, que no início foi muito difícil, tive o sentimento que aquele não era o meu lugar, eu não conseguia compreender muitas das discussões realizadas em sala de aula, principalmente quando o assunto era política e afins. Mas, foram essas discussões e os gestos gentis de professoras(res) e colegas que cheguei a este ponto da caminhada.

Ao contextualizar a minha vivência e jornada, acredito ser possível imaginar as minhas motivações para a escrita deste trabalho. Gênero, sexualidade e vida acadêmica fazem parte da minha experiência mais antiga e mais atual, incrivelmente desta forma mais ou menos linear: mulher, lésbica e estudante de Serviço Social. Vinda de um local periférico, minha família sempre esteve próxima dos serviços de assistência social, assim como muitas famílias aos arredores, ou melhor dizendo as mulheres e mães dessas famílias. Contudo, isso ainda se repete, tal fato foi notado ao iniciar o estágio obrigatório supervisionado em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Outro fato que considero ser de extrema importância para a realização deste trabalho, é o fato do Brasil permanecer pelo 13º ano consecutivo na liderança do país que mais mata pessoas transexuais e travestis conforme dados do ONG Transgender Europe (TGEU/2021), saltando de 58 assassinatos no ano de 2008 para 140 em 2021. Conforme Dossiê publicado em 2022 pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) a idade média das vítimas foi de 29,3 anos, “a morte prematura de jovens (15 a 29 anos) por homicídio vem crescendo no Brasil desde a década de 1980, como nos alerta o Atlas da Violência” (ANTRA/BEVENIDES, 2022, p. 40). Se tratando então, de um fator emergencial para a atuação profissional e o debate em sala de aula, para repensarmos em políticas

públicas que tragam a luz a vivência da população LGBTQIAPN+, principalmente das pessoas travestis e transexuais, a fim de compreender e atuar na vivência destas pessoas, agindo preventivamente e efetivamente para a sobrevivência dessas pessoas, algumas próximas a mim.

Antes mesmo de iniciar o estágio obrigatório, desde minha inserção na universidade em 2017, ansiava pela abordagem da temática de gênero e sexualidade em nossos debates em sala de aula, eles ocorreram, porém, de forma tímida. Desde os primeiros semestres eu soube da possibilidade de realizar disciplina optativa com a temática, porém ao longo do percurso pude perceber a dificuldade de oferecê-la — principalmente pelo número reduzido de docentes no departamento — e consegui cursá-la somente em 2020, ano de ensino remoto devido à pandemia. Particularmente, mesmo nas circunstâncias em que estávamos, ela foi de grande importância, gerou inúmeros debates e reforçou ainda mais a necessidade de apropriação da temática por parte do Serviço Social. O que não passou despercebido por mim, foi o fato de encontrar colegas que já se interessavam pela temática e inclusive que já havia encontrado em algum evento ou palestra voltado ao tema.

Ao resgatar os tópicos citados acima, tanto da presença da temática no cotidiano profissional, quanto a necessidade desse debate na formação, que surgiu o tema da minha pesquisa e trabalho de conclusão de curso. A temática de gênero e sexualidade está sendo abordada na formação em Serviço Social?

Como meio de responder tal pergunta, optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa, já que visamos entender alguns fenômenos humanos que são parte da realidade social, nesse sentido Minayo (2009, p. 21) diz:

Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. Desta forma, a diferença entre abordagem quantitativa e qualitativa da realidade social é de natureza e não de escala hierárquica.

A análise foi desenvolvida por meio de duas técnicas de pesquisa, sendo a primeira a pesquisa bibliográfica, buscando em materiais já elaborados, através de livros e/ou artigos científicos; e o segundo através da pesquisa documental,

diferenciando-se somente pela natureza das fontes de pesquisa, como aponta Gil (1989, p. 71)

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Tive como base os documentos oficiais gerados pelos órgãos regulamentadores da profissão, pois são eles que orientam tanto a formação profissional como a atuação em si, dentre eles as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que busca reforçar o significado social da profissão e a consolidação de uma formação profissional condizente com as demandas sociais e da classe trabalhadora.

O passo seguinte, foi a identificação de quais instituições de ensino seriam alvo desta pesquisa. Optou-se por fazer o recorte da região sul do Brasil e das universidades federais, pois entende-se a importância de reforçar a defesa de um ensino público, gratuito e de qualidade, além de considerar o fato das instituições federais também possuem representação na ABEPSS, sendo assim possuem participação direta nas tomadas de decisões e ciência das proposições das diretrizes curriculares. Isto posto, foi alvo de desta pesquisa a: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade Federal do Paraná (UFPR) — Campus Matinhos e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A pesquisa com as universidades seguiu no sentido de compreender se há disciplinas referentes à temática, a modalidade de oferta desta disciplina — obrigatória ou optativa — por disciplina específica ou em conjunto com outras temáticas. Para isso, buscou-se contato com os departamentos desses cursos através de e-mail, endereços retirados das páginas no site das universidades, neste e-mail continha informações a respeito da pesquisa e um link para formulário online com as seguintes perguntas: *“O curso de Serviço Social desta Universidade possui alguma disciplina que aborde a temática de Gênero e Sexualidade? Se a resposta for positiva, ela está no currículo obrigatório ou é oferecida de forma optativa?”*, além de solicitar o compartilhamento dos planos de ensino atualizados das referidas

disciplinas. Também foi utilizado os Projetos Pedagógicos do Curso (PPC) retirados das páginas oficiais das universidades.

Ao longo deste trabalho será apresentada a pesquisa realizada, os desafios encontrados neste percurso e as conclusões obtidas e é importante pontuar que para análise tive como base a perspectiva do materialismo histórico-dialético. No entanto, com o intuito de embasar a análise e conclusões, o trabalho foi organizado em três capítulos.

No Capítulo 2, se fez coerente a contextualização e conceituação de Gênero e Sexualidade, as diferenciando entre si e sinalizando os marcos históricos e perspectivas teóricas que permeiam essas discussões. Após essa perspectiva mais ampla, abordo os debates no âmbito do Brasil a fim de entender como ela se inicia aqui e seus impactos nas dinâmicas sociais brasileiras. Já com a realidade brasileira mais palpável, será tratada a inserção da temática no Serviço Social brasileiro, no campo da pesquisa e da atuação profissional, E, por fim, a incorporação da temática na formação em Serviço Social, principalmente por meio das diretrizes curriculares da ABEPSS, desde sua aprovação e o processo de implementação nos cursos de graduação.

Em seguida, no Capítulo 3, considerou-se pertinente contextualizar as vertentes feministas mais proeminentes, através de suas perspectivas teóricas e suas principais diferenças e desdobramentos, fato considerado positivo, pois essa diferenciação será importante para embasar o conteúdo seguinte. Posteriormente, será apresentado o resultado da pesquisa com as universidades, através das informações obtidas e coletadas, incluindo as diferenças das diretrizes curriculares aprovadas pela ABEPSS e as pelo Ministério da Educação (MEC). Esse capítulo é finalizado com a análise do conteúdo das disciplinas ofertadas pelas universidades, através da ementa, objetivos e referências bibliográficas.

Por fim, o Capítulo 4, contém as considerações obtidas através dos dados coletados e a análise realizada com base nos conteúdos das disciplinas. Além de ser apresentada a perspectiva que considero válida para um processo de formação que amplie e nos direcione não só para uma intervenção profissional condizente com as expressões da questão social, mas para aquilo que transcende a profissão e altera as estruturas sociais.

Espero com essa reflexão, contribuir para a construção de uma formação em Serviço Social que provoque aos estudantes um olhar crítico perante a realidade social brasileira, a fim de reconhecer, intervir e se enxergar nela.

2 GÊNERO E SEXUALIDADE, HISTÓRIA DO DEBATE NO BRASIL E NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Neste capítulo será abordado a temática de gênero e sexualidade em um aspecto mais amplo. Será contextualizado os conceitos de gênero e sexualidade, por meio de marcos e perspectivas teóricas referentes a este tempo histórico. Além de ter como base de análise a perspectiva do materialismo histórico-dialético, como em todo o trabalho. Serão utilizados resgates históricos, para analisar como a temática ganhou relevância nos movimentos sociais, após, essa reflexão partirá visando entender como esse debate se inseriu no Brasil. Além disso, será retratada a inserção das discussões de gênero e sexualidade no Serviço Social brasileiro, com reflexões a respeito dos órgãos regulamentadores da profissão estimularem o estudo da temática durante a formação. E, para finalizar, partirei para a reflexão sobre a temática na formação em Serviço Social atualmente.

2.1 Uma breve contextualização e conceitualização de Gênero e Sexualidade

O presente item pretende contextualizar questões relacionadas a gênero e sexualidade, por meio dos marcos históricos e suas contradições, para avançar nas discussões acerca da temática, considerando os processos histórico-sociais, através das relações sejam sociais, econômicas, políticas e culturais, entendendo a importância desta reflexão para compreender a sociedade atual.

A história humana é atravessada pelas diversas relações sociais, estas estabelecidas de variadas maneiras, inclusive pelas relações estruturadas quanto aos conceitos de gênero, sexo e sexualidade, responsáveis também pelo pensar e agir enquanto sociedade. Padrões e comportamentos presentes na vida em sociedade e historicamente enraizados. Assim sendo naturalizados e reforçados durante o processo de constituição da humanidade, causando limitações e imposições em todos os âmbitos da vida humana. São fatores que conectam o objeto de estudo deste trabalho, à problematização do agravamento da questão social, quando fazemos o recorte de gênero e sexualidade e a importância da(o) profissional atuar com pensamento crítico para assegurar e garantir as quebras de violências ocasionadas pelos preconceitos e discriminações.

Muitas são as discussões a respeito de gênero e sexo, diversas vezes tratadas como estáveis, imutáveis e necessariamente condizentes entre si. Ao nascer com uma anatomia entendida como feminina já lhe é imposto o “ser mulher” desde os primeiros minutos de vida, sendo repetido e replicado em todos os seres. Devido a essa predeterminação, a vida social será moldada e lhe será ensinado o que é ou não permitido performar em sociedade.

A diferença conceitual entre gênero e sexo foi cunhada por Robert Stoller somente em 1968, onde ele define sexo como o aspecto anatômico-fisiológico, logo, considerando aspectos concretos da anatomia humana, aquilo que todos os seres carregam em seus corpos. Já gênero foi definido como o significado atribuído socialmente ao sexo. Esse conceito foi amplamente abraçado pelo movimento feminista, com o intuito de explicar a respeito das distinções sociais que o sexo provoca nas relações sociais, principalmente quando se fala em poder social. Para Joan Scott¹ (1995, p. 21), “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” e ela complementa, pontuando esse aspecto como sendo uma “forma primeira de significar as relações de poder”, através de símbolos culturais, ou seja, como são as representações binárias de gênero, perpetuadas por meio de diversas doutrinas presentes socialmente, incluindo o papel da religião na conservação deste sistema binário e fixo em seus costumes. Neste sentido, Matos² (1997) reflete a respeito das consequências que a imposição de gêneros causa na sociedade:

Não se deve esquecer, ainda, que as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos e são, portanto, uma forma primária de relações significantes de poder. Sendo uma de suas preocupações evitarem as oposições binárias fixas e naturalizadas, os estudos de gênero procuram mostrar que as referências culturais são sexualmente produzidas, por meio de símbolos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos normativos e relações de parentesco, econômicas e políticas. (MATOS, 1997, p. 97 - 98).

¹ Joan Scott é professora da Escola de Ciências Sociais do Instituto de Altos Estudos de Princeton, Nova Jersey. É especialista na história do movimento operário no século XIX e do feminismo na França. É, sem dúvida, uma das mais importantes teóricas sobre o uso da categoria gênero em história. (SCOTT, 1995, p. 1).

² Maria Izilda Santos de Matos, é Doutora em história pela Universidade de São Paulo, atualmente é professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: imigração, música, cidade, gênero e história das mulheres.

Matos (1997) reforça o pensamento que gênero é um elemento socialmente construído, ou seja, baseamos os seres a cumprirem papéis predeterminados ligeiramente interligados à anatomia de seus corpos. Quando se fala em relações de poder, analisamos que historicamente elas atingem as mulheres negativamente, já que posições de poder sempre foram direcionadas aos homens, a começar pelo próprio significado da palavra patriarcado. Segundo Christine Delphy (2009, p. 174) “vem da combinação das palavras gregas pater (pai) e arke (origem e comando). [...] Portanto, o patriarcado é literalmente a autoridade do pai”. Determinando, uma formação social onde o poder é direcionado aos homens, ditando certa superioridade masculina, contudo, não se aplicam a aqueles que fogem às normas patriarcais do “macho”, toda e qualquer característica que possa ser associada à feminilidade descarta esse indivíduo desta categoria e assim resulta em opressões. Saffioti (2004) inclusive pontua que por fazer parte de um sistema social, presente nas relações sociais, conseqüentemente ele é reproduzido por todos, até mesmo pelas mulheres, porém diferente deles, não usufruem de privilégios.

É importante pontuar que tanto Matos quanto Scott são figuras relevantes nos estudos de gênero, e realizam análises semelhantes a respeito do mesmo tema, diferenciando-se somente na busca de mais elementos para explicar a realidade. Scott reflete o gênero como sendo algo intensamente ligado à percepção e ao ideário social do que é ser humano neste mundo, ou seja, suas reflexões apontam que as pré-determinações são originadas e reforçadas por meio das percepções que temos da sociedade e dos indivíduos. Já Matos, além de considerar o campo da percepção e das subjetividades, problematiza e defende que esse tópico não é suficiente para explicar a realidade concreta, desta forma ela parte para observar a materialidade da realidade, dentre elas as questões econômicas e políticas.

Há diversas vertentes feministas, que surgiram em diversos tempos históricos, algumas sendo antagônicas entre si, cada uma abrangendo pautas que lhe são de interesse, algumas dessas, desconsideram a pluralidade de experiências que atravessam os binarismos de gênero, limitando o horizonte desses movimentos, como pontua as autoras a seguir:

Na agenda contemporânea do feminismo e de sua construção política, indaga-se sobre os limites teóricos do conhecimento sobre as mulheres, particularmente a centralidade da categoria gênero. Evidencia-se a restrição desse conceito frente à pluralidade das experiências – de classe, raça, sexualidade e colonialismo – e considera-se que gênero produziu uma

hierarquização entre mulheres dentro do próprio feminismo (LOLE; ALMEIDA, 2017, p. 53).

Compreendendo a necessidade de uma visão ampla da totalidade das relações estabelecidas socialmente, recorreremos à Saffioti³ (1987) que defende a articulação ou “simbiose” entre patriarcado, racismo e capitalismo, trata-se de uma profunda relação entre esses três sistemas. Sob uma perspectiva materialista histórico-dialético, a qual acredito e utilizo para fazer a análise deste trabalho, concordamos que “na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo (p. 60)”.

Além de compreender que a dominação-exploração ocorre com a intensa relação entre esses sistemas, entende-se que devido a determinados tempos históricos algum sistema pode ficar mais evidente, porém isso não significa a desvinculação deste em detrimento do outro,

Há uma razão muito forte para que não se proceda pelo raciocínio da priorização, do privilegiamento de um sistema de dominação-exploração. É que, na realidade concreta, observa-se, de fato, uma simbiose entre eles. Esta fusão ocorreu em tal profundidade, que é praticamente impossível afirmar que tal discriminação provém do patriarcado, ao passo que outras se vinculam ao sistema de classes sociais e ou ao racismo (SAFFIOTI, 1987, p. 61).

No sentido da indissociável relação entre patriarcado, racismo e capitalismo, cabe recuperar o conceito de *Divisão Sexual do Trabalho*. Cisne e Santos (2018) refletem que os papéis ditos femininos e masculinos não constituem somente uma “*questão de gênero*”, mas estão em constante conformidade com relações étnico-raciais e classes sociais. Essa interligação está fortemente estruturada com o sistema capitalista, o conhecimento destas relações nos faz compreender quais são as maneiras que elas impactam na divisão sexual do trabalho. Para tanto, as autoras classificam dois princípios que organizam essa categoria: a “hierarquia”, por agregar sempre maior valor ao trabalho masculino em detrimento do feminino; e a “separação” entre o que é trabalho do homem e da mulher (CISNE e SANTOS, 2018. p. 79).

³ Heleieth Saffioti conhecida como uma notável pesquisadora feminista brasileira, atuou como professora de sociologia. Em seus escritos sempre deixou claro sua profunda identificação com a esquerda e ideais progressistas. (GELEDÉS, 2010)

Esse processo resulta em desigualdades discrepantes nas diversas relações presentes na sociedade, principalmente no mundo das profissões, restando para as mulheres aqueles voltados a subordinação, submissão, que cumprem os papéis femininos ditados socialmente,

[...] a paciência, a resistência à monotonia são considerados próprios da força de trabalho feminina. [...] a própria qualificação é sexuada e reflete critérios diferentes para o trabalho de homens e mulheres, ocorrendo frequentemente uma desqualificação do trabalho feminino, assimilando a dons naturais, desconsiderando-se o treinamento informal. (SOUZA-LOBO, 2011, p. 154).

Tal fato corrobora com a perspectiva da fusão entre os sistemas, já que não só se articula em simultâneo como atuam colaborativamente para a perpetuação da dominação-exploração estruturada socialmente.

Já a história da sexualidade ocorre de forma concomitante aos debates de gênero, pois sempre estiveram presentes nos espaços de discussões da temática, principalmente quanto se recorre ao movimento feminista, grande responsável por propagar as injustiças de um sistema patriarcal tanto para as mulheres, quanto a toda e qualquer pessoa que “performe” ou apresente minimamente características compreendidas como femininas.

O conceito de sexualidade refere-se às práticas sexuais e vivências amorosas entre pessoas do mesmo sexo, historicamente esses atos afetivos e inteiramente ligados ao sexo eram comuns, presentes em todas as sociedades e em diferentes épocas, sendo a bissexualidade uma parte integral das relações humanas, então qual foram as principais motivações para essa mudança na maneira em que a sociedade enxerga a sexualidade não heteronormativa⁴? Muito se deve às mudanças sociais que ocorreram ao longo dos anos, principalmente na relação das pessoas com as práticas religiosas e a inserção da igreja no Estado, como sinaliza Spencer (1999):

Pela metade do século XIV, a visão de sociedade quanto à identidade sexual era muito diferente da que existira no mundo antigo. Essa mudança radical foi produzida pelas autocracias combinadas da Igreja e do Estado, que se recusavam a admitir a bissexualidade. A sexualidade estava agora tocada pela divindade de Deus e tornou-se sagrada (as mulheres eram tão marginalizadas que sequer eram consideradas). Em termos práticos,

⁴ Etimologia (origem da palavra **heteronormativo**). Hetero + normativo. Refere-se à heteronormatividade, ao conceito de que apenas os relacionamentos entre pessoas de sexos opostos ou heterossexuais são normais ou corretos. Que enxerga a heterossexualidade como a norma numa sociedade. Que marginaliza as orientações sexuais que se diferem da heterossexual. (DICIO, 2022)

qualquer expressão sexual fora do casamento [...] estavam contaminadas pelo demônio (Spencer, 1999, p. 119).

Essa fusão entre sexualidade e divindade ocasionou na separação daquilo que era considerado correto e o que era incorreto, determinando às sexualidades não heterossexuais o lugar de pecado e perversão, iniciando desta forma, mais uma categoria de opressão e exclusão social, resultando inclusive em violações de direitos.

Atualmente ainda vivemos segundo os moldes estruturados no século XIV, onde a heteronormatividade e o patriarcado imperam socialmente e tudo o que desvia destas normas sofre algum tipo de retaliação. Contudo, frente a esse retrocesso e conservadorismo surgem os movimentos sociais e entidades focadas em defender a liberdade humana e a diversidade sexual, tanto que nas últimas décadas o debate acerca do tema pode ser visto em diversos espaços.

Alguns marcos históricos do movimento LGBTQIAPN+⁵ são sempre lembrados, sendo um deles a “*Rebelião de StoneWall*”⁶ ocorrida em 28 de julho de 1969, porém opto por abordar o movimento ocorrido no Brasil, hoje reconhecido como de mesma relevância ao ocorrido nos Estados Unidos. Este marco nacional, tem como tempo histórico o início dos anos 1980, movimento que já sofria repressões por parte da ditadura militar, este movimento era liderado por mulheres lésbicas e ficou explicitado historicamente pela intensa violência policial contra as frequentadoras do Ferro’s Bar. Neste caso, frequentadoras do bar e ativistas do Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF) foram impedidas de vender no interior do Ferro’s Bar o jornal que produziam o “chana com chana”⁷, estabelecimento localizado em São Paulo e frequentado principalmente por mulheres lésbicas, esse ato de opressão foi o estopim para que no dia 19 de agosto de 1983 ocorresse uma

⁵ As letras dizem respeito aos seguintes termos: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais, Panssexuais, Não-Binária. (UFSC Diversifica, 2021)

⁶ Após constantes batidas policiais no bar StoneWall localizado em Nova York - EUA (frequentado majoritariamente por LGBTQIAPN+), seus clientes se rebelaram, batalha que durou duas noites e originou a primeira parada do orgulho LGBTQIAPN+, ocorrida no dia 1 de julho de 1970 nos Estados Unidos. Esse fato foi marcante para a comunidade, tanto que a celebração do Dia Mundial do Orgulho LGBTQIAPN+ ocorre no dia 28 de julho e as marchas acontecem em torno desta mesma data. (Secretaria Nacional de Mulheres do PT, 2020)

⁷ O Chana com Chana tinha como principal objetivo, abordar temas como direitos sexuais, família, trabalho, legislação, dava suporte para não “se enrustir” (termo utilizado em um dos títulos do jornal), contava ainda com conteúdos culturais, literários e diversas poesias. A publicação em questão tornou-se referência para as mulheres lésbicas e o público LGBTQIAPN+ em geral. (Secretaria Nacional de Mulheres do PT, 2020)

ocupação no bar, não somente das frequentadoras, mas outros grupos LGBTQIAPN+, feministas e até mesmo figuras políticas da época. O protesto gerou grande comoção e cobertura da mídia, felizmente o desfecho foi positivo, resultando em um pedido de desculpas e a liberação para venda dos panfletos no interior do bar. Tal ato é considerado inspirador, incentivou e incentiva a comunidade e demais movimentos sociais a reafirmar sua existência e lutar pelos seus direitos, resultando também na celebração do Orgulho Lésbico no dia 28 de agosto.

Neste ano de 2022, a comunidade está sendo representada pela sigla LGBTQIAPN+, abrangendo não somente as diversas orientações sexuais e identidades de gênero, mas indo além, para abranger o maior número possível de pessoas. Obviamente esse assunto não é unanimidade dentro e fora da comunidade, porém não há discussão a respeito da dimensão da importância dessa representatividade para as lutas do movimento LGBTQIAPN+, isso está posto nas conquistas legais obtidas nos últimos anos, tanto nos aspectos da sexualidade quanto no respeito à identidade de gênero.

Houveram avanços e conquistas de direitos nos últimos anos. Porém, ao desconsiderar aspectos que vão além do gênero e sexualidade, esses avanços permanecem na superfície. Aqui insere-se a discussão da importância da implementação da temática nos mais variados espaços, para que a partir deste conhecimento possamos avançar na expansão e consolidação de direitos. Direitos esses que incorporem em sua essência mudanças profundas, a fim de transformar a realidade daqueles que os acessam.

Portanto, ao pensar na complexidade desta temática, torna-se necessária a recuperação das discussões dessa temática em solo brasileiro, objetivando compreender nossa história perante à incorporação da temática socialmente, mas também vislumbrá-la como uma medida primária na diminuição da invisibilidade das lutas e do cenário violento em que a população LGBTQIAPN+ está exposta no Brasil, se tratando de uma questão de vida ou morte.

2.2 Historicidade da temática de gênero e sexualidade no Brasil

As discussões referentes a gênero e sexualidade deram seus primeiros passos no movimento feminista entre os anos de 1970 e 1980, antes chamados

como “estudos de gênero”. Este movimento vinha como uma ação de ruptura estrutural-simbólica das desigualdades sociais e os pilares que sustentam o sistema patriarcal e capitalista, possuindo como principal objetivo a defesa da participação da mulher na sociedade como sujeito político e a desnaturalização das desigualdades entre homens e mulheres, travando uma batalha histórica a fim de obter direito à participação na vida pública, mercado de trabalho, educação e política (GURGEL, 2010), além da quebra do papel tradicional que a mulher exercia que se reduzia ao cuidado do lar, esse ponto de avanço foi negado, alegando que a mulher não contribuía para o funcionamento público, como apresenta Riot-Sarcey (2002, p. 20):

Todos os habitantes de um país devem e gozam de direitos de cidadãos passivos, todos têm direito à proteção de sua pessoa, de sua propriedade, de sua liberdade, etc... mas nem todos tem o direito a ser parte ativa da formação do poder público; nem todos são cidadãos ativos. As mulheres, [...] as crianças, os estrangeiros, aqueles que não contribuem em nada para o funcionamento público não devem, pois influenciar na coisa pública.

Entretanto, mesmo com toda a resistência contra a participação da mulher na vida ativa da sociedade, o movimento seguiu forte e teve grande participação na luta revolucionária pela emancipação humana.

No século XIX houve uma agudização da questão social⁸, o que aprofundou e exacerbou as opressões sofridas pelas mulheres. Esse episódio contribuiu para a aproximação das organizações de luta das mulheres com a luta socialista, resultando em encontros de mulheres nos partidos comunistas. Porém, em contrapartida, a demanda de liberdade e autonomia da mulher é de difícil incorporação dentro das bases produtivas capitalistas, mesmo em espaços ditos socialistas e comunistas, pois as relações de poder e desigualdades entre homens e mulheres não se alteram já que constituem fatores estruturais da sociedade, ou seja, pensamentos e comportamentos são constituídos dentro dessa lógica, tornando-se um fator de reprodução cíclica, “reproduzem e se coproduzem mutuamente” (Kergoat, 2009, p.99) sendo parte das relações sociais humanas.

Nos anos de 1960 nos Estados Unidos e Europa, as mulheres e outros

⁸ A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO e IAMAMOTO, 2008, p. 77).

grupos de diferentes segmentos sociais, questionaram o totalitarismo e as diversas ações militaristas que iam contra a vida e a dignidade humana, no interior deste movimento surgiu o anseio da desnaturalização do papel social da mulher que lhe foi atribuído por meio do seu gênero, tendo como principal pauta a autonomia da mulher para decidir sobre a sua própria vida e o direito à apropriação do seu corpo, assim como a vivência de uma sexualidade livre sem a determinação heteronormativa, esse movimento teve grande influência do Segundo Sexo, de Simone Beauvoir (1949), em que está escrita a famosa frase “ não se nasce mulher, torna-se mulher”, reforçando que o gênero é uma construção social, resultante das percepções civilizatórias. Durante esses anos de avanço do movimento feminista ao redor do mundo, a América Latina e o Brasil estavam sob regime de Ditadura Civil Militar, desta forma o movimento feminista aliou-se a outras forças políticas pela redemocratização, deixando a luta das mulheres em segundo plano.

O movimento feminista inseriu nas universidades brasileiras o debate a respeito da discussão de gênero e sexualidade nos anos 1970, no campo das ciências sociais, possuindo como viés a vida social do indivíduo como indissociável da compreensão da condição feminina e masculina, assim como da transgeneridade, essa discussão tem como principal tópico a multiplicidade e fluidez. Esse pensamento contraria ao binarismo de gênero e ao sexismo, pois ambos se baseiam na fixidez da determinação de gênero pelo sexo anatomico e entende a biologia como estática e precisa. A fim de abarcar esse tópico, podemos recorrer ao conceito de “diversidade de gênero” versado por que Guilherme Silva Almeida, objetivando tornar a pauta o mais abrangente e completa possível, neste sentido pontua-se:

[...] Embora a heteronormatividade seja um dos componentes do sexismo, ela não esgota em si, todas as questões relacionadas à assimetria do poder entre os gêneros e, portanto, enfrentar analítica e politicamente a diversidade sexual mostrou-se insuficiente para que enfrentemos todas as questões trazidas pela condição de trans. Tornou-se necessário falar também em diversidade de gênero. (ALMEIDA 2019, p. 3).

O autor reforça que a lógica sexista não enxerga outra alternativa a não ser a binariedade do feminino e masculino determinada anatomicamente, por isso a vivência de pessoas trans causam estranhamento e reações extremas, pois desafiam as maiores certezas da vida humana. Quando as pessoas trans são violentadas, “elas não são apenas agredidas individualmente, o que se busca é

silenciar as ruidosas e perturbadoras perguntas das quais elas são portadoras.” (ALMEIDA, 2019, p. 4).

Desde o início das discussões, a temática tem sido fomentada e tomou maiores proporções, sendo abordada por diversas áreas do conhecimento, de variadas formas e com concepções antagônicas, refletindo a realidade social exposta e resultante deste processo de discussão da temática, as categorias profissionais orientam-se de um viés que norteiam seu atuar profissional.

A temática de gênero e sexualidade tem como principais centros de debates os coletivos feministas, movimentos estudantis e sociais LGBTQIAPN+, objetivando fazer o debate e enfrentamento das opressões sofridas no cotidiano de suas lutas. Para além destes espaços, a temática se faz presente em espaços universitários, seja por meio de núcleos de estudos, em cursos de pós-graduação e em disciplinas ofertadas pelos cursos de graduação.

Contudo, observa-se que em determinados contextos sociais há a agudização da pauta, principalmente quando há avanço do conservadorismo e ameaça aos direitos já conquistados, isso prova o quanto a resistência feita por parte dos movimentos sociais é de suma importância para frear o retrocesso dessa discussão no âmbito social brasileiro.

Ademais, não é novidade que a profissão de Assistente Social nasce da lógica patriarcal-racista-capitalista, não só por ter raízes religiosas, como por ter como base a naturalização da mulher como a “cuidadora” e principalmente como responsável pela preservação da ordem moral e social. Essas raízes conservadoras são profundas e ainda estão presentes na categoria, esse fato torna ainda mais difícil a incorporação da temática no cotidiano profissional.

Portanto, ao pensar em como a categoria ainda possui características conservadoras em seu cerne, torna-se importante analisar e compreender como ela se articulou durante o avanço desse intenso debate em solo brasileiro, desde seu posicionamento frente às lutas propostas pelos movimentos sociais, quanto à identificação de produções acadêmicas referentes à temática. Já que entendemos que tais questões estão intrinsecamente presentes na realidade social brasileira e por consequência na atuação profissional.

2.3 A incorporação do debate da temática no Serviço Social

Historicamente, o assunto tomou relevância no Serviço Social por meio do movimento estudantil, tendo como principal palco o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) no ano de 1986, realizado no Rio de Janeiro. Tal evento é considerado transgressor para a época, levando em conta a conjuntura de uma sociedade recém-saída de uma ditadura civil militar, como também por abordar debates relevantes a época, não deixando de frisar a presença de militantes históricos que compunham a mesa como Rosa Marie Muraro, Gabriela Leite e Herbert Daniel⁹ (DUARTE, 2014).

Contudo, mesmo com o acentuado processo de renovação profissional¹⁰, é necessário entender que esta ruptura com o conservadorismo se dá gradualmente e é um movimento contínuo, dando seguimento a essas reflexões, Cisne e Santos (2018) acrescentam que mesmo o Código de Ética de 1986 orientando-se pelo viés marxista, não consegue romper com o tradicionalismo, pois se atentava meramente as questões relacionadas aos interesses de classe, fomentando ainda mais a invisibilidade das outras lutas sociais e a violação e negação dos direitos sociais desses indivíduos.

O enfrentamento do conservadorismo é uma luta constante, então a resistência à incorporação desta temática no debate profissional caracteriza-se verdadeiramente em um ato de enfrentamento dos retrocessos no que diz respeito aos Direitos Humanos. Felizmente, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) tem dado suporte à essas lutas, principalmente em suas campanhas nacionais e publicações como o “CFESS Manifesta”, importante pontuar aqui também a campanha lançada em 2006, intitulada “O Amor Fala Todas as Línguas” voltada à

⁹ A mesa de debates estava composta por militantes históricos, sendo: Rosa Marie Muraro, uma mulher fundamental para o movimento feminista no Brasil, pautando o direito das mulheres e a relação de mulheres, homens e sociedade o Brasil; Gabriela Leite, prostituta e ativista da luta pelo reconhecimento dos direitos das prostitutas, inclusive organizando o Primeiro Encontro Nacional de Prostitutas no ano de 1987; e, Herbert Daniel, é considerado um revolucionário do movimento gay, lutando durante períodos históricos sombrios, como a Ditadura Militar de 1964, foi guerrilheiro na década de 1960, o que ocasionou no seu exílio, sua luta foi em diversas frentes, tanto em aspectos revolucionários, sexuais e nos direitos das pessoas que vivem com HIV e AIDS.

¹⁰ Conforme Netto (2005, p. 131): Entendemos por renovação o conjunto de características novas, que no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições (...), procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de valorização teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

defesa da diversidade sexual. Obviamente tais posicionamentos não são recebidos por toda a categoria positivamente, porém são armas poderosas para uma atuação profissional crítica e consonante com a realidade. Após esses momentos iniciais, os debates continuaram, destacando a importância das produções acadêmicas voltadas às discussões sobre diversidade sexual, pois evidenciaram a pertinência da temática para a categoria profissional (Cisne e Santos, 2008, p. 216).

O Serviço Social possui uma gama de campos para atuação profissional, entre esses podemos citar a inserção na área da saúde, neste tivemos um marco histórico no ano de 1997 com a instituição do Processo Transexualizador por meio do Ministério da Saúde através da Portaria 1.707, os autores Duarte, Roncon e Sodré (2018) pontuam que desde seu início assistentes sociais compunham a equipe multiprofissional, já que o processo de transição de gênero vai além do campo de intervenção médica e compreende as relações sociais vividas pela pessoa trans e age diretamente no objeto de atuação profissional, ou seja, a questão social. Portanto, as(os) profissionais atuantes na área da saúde e com vinculação direta aos órgãos envolvidos no Processo Transexualizador já participavam das discussões de gênero e os aspectos que a rotina profissional envolve, pois se trata de uma demanda latente.

Entretanto, sempre houve movimento da categoria ao encontro da temática, principalmente com a instituição de Grupos de trabalho, entre eles estão o Grupo de Trabalho “gênero, raça/etnia e orientação sexual” advindo do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em 2003 e no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) em 2004. Outro significativo avanço e ainda em curso, foi a criação do Grupo de Trabalho e Pesquisa (GTP) — Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade, criado em 2010 e tendo como um dos objetivos: fortalecer e visibilizar as relações sociais de gênero e sexualidade dentro do Serviço Social. O GTP desde sua criação passou a monitorar as produções realizadas no âmbito do ensino e pesquisa em Serviço Social, no ano de 2012 percebeu-se um aumento nas pesquisas com a temática de “gênero”, o que não ocorreu com as demais pautas. Esse aumento foi percebido e Irineu (2014, p. 195) pontuou motivações para tal:

Observa-se que nos últimos dez anos esse cenário tem sido alterado, tanto pela proeminência das manifestações do movimento LGBT, que trouxeram consigo a denúncia de índices de violência letal e demandas por lei e

políticas específicas, quanto pela emergência das primeiras políticas governamentais para a população LGBT, que envolvem o incentivo financeiro – ainda que tímido – à produção acadêmica nessa área.

No ano seguinte, em agosto de 2013, com o objetivo de dar ênfase e reunir pesquisas sobre o tema, foi organizado um grupo de trabalho intitulado “Políticas Públicas, Diversidade Sexual e de Gênero do Serviço Social”. Além disso o grupo avaliou ser necessária a ampliação das discussões de diversidade sexual e de gênero dentro do Serviço Social e reforçou a importância da participação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) neste evento, o que ocorreu no 2º dia das apresentações que aconteceram no Seminário Internacional Desfazendo Gênero, em Natal/RN.

Dito isso, a categoria apoia e tem se posicionado contra as opressões de gênero, isso pode ser constatado, nas alterações feitas em documentos regulamentadores da profissão, a começar pelo Código de Ética do Assistente Social, por meio da Resolução CFESS Nº 594, de 21 de janeiro de 2011, neste foi introduzido aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto, a fim de garantir a linguagem de gênero e a despatologização da homossexualidade, como exemplificados abaixo:

Art. 3º. Substituir a designação “opção sexual” por “orientação sexual” e no princípio XI substituir gênero por “identidade de gênero” e,

Art. 4º. Introduzir em todo o texto do Código de Ética do Assistente Social, de que trata a Resolução CFESS nº 273/93, a linguagem de gênero, adotando forma feminina e masculina: “o/a; os/as; trabalhadores/as, etc.”.

São inegáveis os avanços que as alterações no Código de Ética e o GTP proporcionaram profissionalmente, tanto no direcionamento ao atendimento dos usuários, como para fomentar a discussão a respeito da temática, sendo um ponto a ser mencionado e lembrado.

Porém, para além de mudanças conceituais e o mapeamento de produções tanto em pesquisa quanto no ensino de Serviço Social, Cisne e Santos (2018, p. 216 - 217) refletem que a inserção e permanência da temática da diversidade sexual no cerne do Serviço Social brasileiro ocorreram em razão de alguns elementos e considero importantes refletir sobre eles:

O primeiro diz respeito às violações de direitos vivenciadas pela população LGBTQIAPN+ principalmente se observadas às nuances das estruturas sociais brasileiras, da discriminação e preconceitos diários e inclusive na ausência do

Estado. Quando o assunto é regulamentar direitos a esta população, trata-se então de uma demanda latente e presente no fazer profissional, não podendo simplesmente ser invisibilizada pelas(os) profissionais.

O segundo aspecto revisita a produção de conhecimento, presente no âmbito do Serviço Social, principalmente a partir dos anos 2000. Essa área cumpriu um papel decisivo na defesa da permanência da temática nas discussões e atuação da categoria, essencialmente por buscar fundamentos éticos-políticos da profissão para compreender a diversidade sexual e humana.

O terceiro elemento e já tratado relativamente nessas linhas consiste na inevitável e constante existência de estudantes e profissionais LGBTQIAPN+ na categoria profissional, que sempre estiveram presentes em eventos estudantis e profissionais, pautando o tema e trazendo visibilidade para a temática, reforçando a necessidade desta tensão para o avanço na agenda político-profissional em diferentes tempos históricos.

Os pontos acima citados reforçam o caráter resistente de profissionais e principalmente de estudantes na defesa da permanência e aprofundamento da relação entre a diversidade sexual e o Serviço Social, indo além de conhecimento científico e intelectual, e, sim ao encontro com as demandas sociais impostas no cotidiano profissional, a fim de expandir e garantir direitos à população LGBTQIAPN+, além do estabelecimento do diálogo com os movimentos sociais, tão importantes para o caráter político da categoria.

Portanto, tendo ciência da pertinência e relevância da temática de gênero e sexualidade para as demandas atuais, observou-se a necessidade de abordá-la na formação profissional, a fim de assegurar o respeito e a liberdade individual na atuação profissional.

2.4 Gênero e sexualidade na formação em Serviço Social

Após a breve exposição supracitada sobre os primeiros passos da temática no Serviço Social e a respeito do GTP, fica explícita sua importância para estruturar e manter a discussão de gênero e sexualidade na categoria, principalmente na defesa de abordar tais discussões durante formação em Serviço Social, para tanto, ocorreram diversos momentos em que essa pauta foi levantada, sendo um deles em

uma publicação feita na Revista *Temporalis* no ano de 2014, em que justamente defende-se a importância da oferta de disciplinas que contemplem a temática da diversidade sexual no decorrer da formação:

Reiteramos a importância de ofertar disciplinas nos cursos de graduação em Serviço Social que tratem das temáticas de gênero, raça/etnia, sexualidade e geração, antes ou concomitante à inserção no estágio supervisionado, observando ainda ser essencial garantir pelo menos uma disciplina obrigatória que aborde a temática do GTP.” (QUEIROZ; IRINEU; ÁLVARO; LIMA, 2014, p. 240)

Um momento crucial na formação é o estágio supervisionado, momento em que estudantes se inserem em campos diversificados, a fim de compreender a prática profissional na rotina diária de trabalho. O estágio se configura como um espaço de ensino e como o momento em que estudantes entram em contato e materializam o exercício profissional, através das demandas e os desafios do fazer profissional, principalmente das contradições presentes no processo de trabalho. Sendo assim, um espaço de ensino que estimula e dá suporte ao pensamento crítico, resultando na identificação e a busca de técnicas e instrumentais para atuar sobre a demanda do cotidiano profissional, gerando questionamentos e reflexões na dinâmica da questão social e as diversas formas que ela se expressam na sociedade, entre elas nas relações de gênero, estando presente na vida dos sujeitos, em suas lutas e “no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos” (IAMAMOTO, 2012, p. 48).

Desta forma, as questões de gênero e sexualidade estão no cerne da atuação profissional, pois fazem parte das relações sociais humanas. Em sua obra a autora pontua que o exercício da profissão, “requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação às forças vivas de nosso tempo” (IAMAMOTO, 2014, p. 610). Esse movimento de buscar aperfeiçoamento profissional resulta em maior qualidade nos atendimentos às demandas apresentadas nas rotinas de trabalho e na aproximação com a população usuária.

A intervenção profissional se materializa em uma atuação qualificada e correspondente às demandas encontradas nas instituições de trabalho e compreende as nuances da vida social fora delas, sendo assim, a formação profissional possui grande responsabilidade na efetividade deste assistente social, a

fim de dar uma formação eficiente e que capacite esta(e) profissional para atuar nas diversas áreas do Serviço Social, porém a formação ainda possui um caráter generalista e Iamamoto (2014, p. 620) pontua os pilares temáticos em que a formação sustenta-se, sendo eles:

a) Núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da vida social; b) Núcleo dos fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do significado do Serviço Social no seu âmbito; c) Núcleo dos fundamentos do trabalho profissional, abrangendo elementos constitutivos do Serviço Social enquanto especialização do trabalho: trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.

Ainda, reforça que a formação acadêmica vem de uma proposta coletiva, que defende a universidade pública, gratuita e com ensino de qualidade, buscando sempre atender aos interesses coletivos e baseando-se na realidade social que está inserida. A sociedade não se mantém em uma constante linear, logo, conforme as alterações sociais e os movimentos históricos que ocorrem no cerne social, a composição profissional também passou por alterações, principalmente com a criação de políticas públicas ou ações afirmativas que proporcionaram o ingresso de estudantes vistos como vulneráveis socialmente nas universidades, seja por cotas raciais, renda e/ou estudantes oriundos de escolas públicas, essa nova roupagem do ensino superior brasileiro aproximou a categoria profissional da realidade do público atendido, o que a autora considera um ponto positivo para a formação e a futura atuação profissional deste estudante,

A metamorfose na situação de classe dos estudantes cria uma ambientação favorável, apoiada na experiência de vida, à identificação com os dilemas do conjunto da classe, alvo predominante dos serviços profissionais e das políticas sociais públicas. Assim, pode também representar para o profissional um reforço à identidade de classe enquanto trabalhador, matizada por recortes de gênero, etnia e geração. (IAMAMOTO 2014, p. 629)

A existência desse novo perfil de estudantes leva para a academia novas reflexões a respeito da realidade social, entre elas as novas discussões e questionamentos a respeito dos mais diversos assuntos, resultado em uma nova gama de estudos, “destacam-se, ainda, estudos sobre cultura, identidades e subjetividades dos sujeitos, considerando a família, a sociabilidade e o cotidiano dos sujeitos, em seus recortes econômicos, políticos, de gênero, etnia e geração. (IAMAMOTO, 2014, p.631).

Com esse novo perfil de estudantes e a intensificação em torno das discussões de gênero e sexualidade, o ponto de partida para tentar abranger essas discussões dentro das instituições de ensino, e a constatação da visível necessidade de capacitação das(os) profissionais, a ABEPSS entidade à frente da coordenação do processo de formação profissional e responsável por reflexões sobre a temática no mesmo âmbito, em 2014 por meio de Assembleia da ABEPSS realizada em Natal/RN, foi aprovada a inclusão de um componente curricular obrigatório na graduação em Serviço Social que contemplem as temáticas relacionadas às relações de gênero e sexualidade, como aponta os tópicos:

- A realização de, no mínimo, uma disciplina que tematize o Serviço Social e as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades, preferencialmente, antes da inserção da(o) estudante no campo de estágio. Aqui, ressaltamos, ainda, as Leis 10. 639/03 e 11645/2008, assim como a Resolução nº 01 do Conselho Nacional de Educação- CNE/MEC, no que diz respeito à incorporação obrigatória do tema sobre relações étnico raciais nos currículos.
- O estímulo à realização de debates, eventos, oficinas e seminários temáticos sobre as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades.
- Apoio aos movimentos sociais e espaços de lutas anticapitalistas, antirracista, antipatriarcal e anti-heterossexista, por meio de parcerias, projetos de extensão, pesquisa, entre outros.
- A promoção de espaços de estudos e pesquisas sobre o sistema capitalista-patriarcal-racista-heterossexista e adultocêntrico. (ABEPSS, 2014).

O processo de implementação deste componente curricular se deu de forma gradual e não houve adesão imediata nas propostas curriculares dos cursos brasileiros, porém a iniciativa, incentivo e resistência a favor de uma direção social para a profissão continuou estruturada, buscando dialogar com as especificidades da realidade, da população e da singularidade da questão social brasileira.

Conforme o texto acima e antes já recomendado pelo GTP, a abordagem da temática deve ser feita preferencialmente antes da ida ao campo de estágio, pois são nesses espaços que efetivamente se materializa a atuação profissional e todas as barreiras existentes para a democratização de direitos, ou seja, ao ter conhecimento sobre as temáticas de gênero e sexualidade, o(a) estudante sob papel de estagiário(a) poderá indagar e fomentar discussões em seu campo de estágio, buscando acolher e atender às demandas geradas pela comunidade LGBTQIAPN+ local. O uso da palavra “preferencialmente” na diretriz curricular e no texto do GTP, remete a importância deste tópico, ao mesmo tempo, em que abre precedentes para

que a temática seja tratada como algo optativo, o que será problematizado em capítulo posterior.

Para Almeida (2020), um dos principais trabalhos realizados pelos assistentes sociais atualmente alinhados a uma perspectiva de universalização do acesso aos direitos, é a propagação de informações a respeito de como acessar direitos, principalmente para camadas sociais discriminadas, dentre essas a população LGBTQIAPN+, tornando-se então uma ferramenta potencializadora para concretização e afirmação do Projeto Ético-político. Neste sentido Netto (1999) reflete que em seu cerne o projeto ético-político tem como valor central a defesa e o reconhecimento da liberdade, priorizando a emancipação dos indivíduos sociais, a defesa dos direitos humanos e negando quaisquer tipos de preconceitos, isto reforça a importância de voltar os olhos para as demais lutas sociais presentes na atualidade.

O compromisso assumido pela categoria profissional se pauta na defesa da liberdade, emancipação dos sujeitos e na garantia de seus direitos individuais e coletivos, sem fazer distinção de gênero, raça-etnia e classe social, a fim de eliminar toda a forma de preconceito (CFESS, 2011).

Ao entender que a formação profissional e tudo que perpassa a experiência acadêmica possui caráter qualificador para a atuação profissional. Defender a abordagem da temática de gênero e sexualidade se faz condizente com a formação de um(a) profissional alinhado aos princípios éticos da profissão e preparado para as demandas expressas no cotidiano profissional, como também ao enfrentamento às discriminações das questões de gênero e sexualidade.

Sendo assim, se torna relevante analisar como a temática está sendo abordada atualmente nos cursos de graduação em Serviço Social, é o que trataremos a seguir.

2.5 A temática na formação atualmente

Os cursos de graduação em Serviço Social, na modalidade presencial no Brasil, são regidos pelas diretrizes curriculares da ABEPSS e aprovadas nas assembleias desta associação. As diretrizes vigentes foram aprovadas em assembleia geral extraordinária no ano de 1996, as quais estabelecem eixos

estruturadores e orientadores aos cursos de graduação em território brasileiro, sendo eles: a) Núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da vida social; b) Núcleo dos fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do significado do Serviço Social no seu âmbito e; c) Núcleo dos fundamentos do trabalho profissional. Tais eixos deverão fazer parte das atividades ofertadas tanto em sala de aula, quanto nos demais espaços formativos da unidade de ensino.

Considerando tais parâmetros orientadores para a formação profissional, Lima (2014) em suas considerações a respeito dos eixos, reflete que as discussões voltadas às relações sociais de gênero caberiam no “Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional”, já que este tópico abrange os componentes da ética profissional e o estágio supervisionado, porém, não isenta a discussão nos demais eixos, já que dizem respeito a totalidade da vida social e as especificidades da realidade brasileira, tais assuntos são atravessados por relações sociais, logo, possuem influência das questões de gênero e sexualidade.

Como já mencionado no capítulo anterior, por meio de Assembleia da ABEPSS no ano de 2014, foi aprovada a inclusão de um componente curricular obrigatório durante a graduação em Serviço Social que aborde as temáticas de gênero e sexualidade, priorizando o período anterior ao estágio, o estímulo na realização de debates, oficinas, seminários e a articulação com movimentos sociais, além da promoção de espaços de estudos e pesquisas a respeito da temática (ABEPSS, 2014).

É palpável a contribuição da ABEPSS para a defesa e atualização das temáticas discutidas durante a formação profissional, principalmente assuntos latentes na sociedade em geral, academia e campos de trabalho profissional. Contudo, todas as diretrizes aprovadas passam por avaliação do Ministério da Educação (MEC) e, Iamamoto (2007) pontua que ao passar por essa análise e aprovação, o MEC acabou descaracterizando a direção social da formação profissional, assim como nos quesitos avaliados como essenciais para o desempenho qualificado do assistente social. Tal perda, deve-se, sobretudo, na livre-iniciativa das unidades de ensino no que diz respeito ao conteúdo a ser abordado durante a graduação, visto que as instituições priorizam a lógica mercantil

frente ao pensamento crítico e reflexivo a respeito das questões sociais (LIMA, 2014).

Isto posto, concordo com as autoras supracitadas, tais variações das perspectivas de Serviço Social geram uma gama de profissionais, tornando a profissão heterogênea quando falamos de direção social profissional¹¹, sendo de extrema importância a temática durante a formação para que os variados aspectos da questão social sejam considerados na intervenção profissional.

A fim de compreender a direção social que a formação em Serviço Social está propondo, a seguir trarei os dados referentes a pesquisa realizada com as universidades federais do sul do Brasil, para que a partir desses dados possam ser identificadas as perspectivas teóricas expostas durante a formação e como isso pode implicar na sua atuação como Assistente Social.

¹¹ A conformação da direção social da profissão, comprometida com os interesses da classe trabalhadora e a edificação de uma nova ordem societária (ZACARIAS; CARRARO, 2017, p. 3)

3 REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO E SOCIEDADE

Este capítulo pretende situar as vertentes feministas influentes internacional e nacionalmente, inclusive as presentes na categoria profissional, assim como os conceitos de consubstancialidade-coextensividade e interseccionalidade, por considerarmos que esses debates estão fortemente relacionados aos feminismos. Para então, apresentar pesquisa realizada com instituições federais de ensino do sul do Brasil, a fim de analisá-las e buscar compreender se a temática de Gênero e Sexualidade está sendo aplicada durante a formação profissional e conforme a recomendação das diretrizes curriculares da ABEPSS.

3.1 A multiplicidade de feminismos

Para dar início ao capítulo, avaliou-se ser necessário a síntese sobre os movimentos feministas, buscando diferenciá-los entre si, para somente após expor a pesquisa e a análise, a fim de compreender as perspectivas filosóficas predominantes nas disciplinas ofertadas pelos cursos de graduação em Serviço Social. Desta forma, a seguir partiremos aos esclarecimentos sobre as particularidades destes movimentos.

Primeiramente, viu-se necessário explicitar as principais diferenças entre Movimento de Mulheres e Movimento Feminista. Para isso recorreremos a Cisne (2013) que em sua tese discorre sobre o assunto e situa como a principal diferença entre movimentos são as suas reivindicações. Os primeiros movimentos de mulheres eram aqueles que lutavam por melhorias nas condições da sua vida social e de trabalho feminino, alguns deles contra o direito ao aborto, já o movimento feminista caracterizava-se por sua luta contra as opressões sofridas por mulheres, dentro desta pauta incluía-se pautas como o aborto, autonomia, direitos políticos e civis e a sexualidade. Entretanto, a autora pontua que no Brasil esses movimentos se confundiram e fundiram-se devido à identificação nas pautas, ambos caminham e lutam por ideais semelhantes, um exemplo é a luta contra à violência à mulher, inicialmente uma pauta feminista e incorporada ao movimento de mulheres. Contudo, isso não deixa imune a distorção de bandeiras feministas por alguns

movimentos de mulheres (p. 175), já que muitos grupos de mulheres não possuíam vínculo algum com movimentos feministas.

Inicialmente, em meados do século XVIII houveram movimentos organizados de mulheres, que lutavam por mais visibilidade na vida pública, educação e o trabalho remunerado eram algumas das suas pautas. Já no século XIX, houve um momento em que as manifestações feministas tinham como principais pautas os direitos políticos das mulheres, principalmente o direito ao voto, surge então o chamado “movimento sufragista” caracterizado como a primeira onda do movimento feminista. A organização e intensa manifestação das mulheres pelos seus direitos políticos, sem dúvida, foi um dos maiores vetores para a aproximação deste movimento com a luta socialista.

Historicamente, é notável as ramificações e diversificação de perspectivas feministas existentes, ocorrendo desde os primórdios desde movimento como citado acima. Entre essas vertentes, três correntes tornaram-se proeminentes: o feminismo liberal, radical e marxista/socialista — destes, surgiram outros — tentarei sintetizá-los a seguir.

O feminismo liberal diz respeito à luta contra as opressões sofridas pelas mulheres, porém tratava-se de um movimento liderado por mulheres burguesas, o que por si só já ocasiona certas limitações e recortes com relação à realidade experienciada por essas mulheres. Dentro do liberalismo a lógica capitalista não é vista como problemática às desigualdades sociais, não seria diferente nas opressões sofridas pelas mulheres, Saffioti (1987) exemplifica a respeito do tema:

Para os liberais, a inferioridade social da mulher deriva da desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres, especialmente nos campos da educação e do trabalho. Para esta corrente, basta qualificar a mão-de-obra feminina e oferecer-lhe oportunidades de trabalho para eliminar a inferioridade social da mulher. Obviamente, o pressuposto básico desta linha de pensamento consiste em considerar o capitalismo como o regime sócio-político-econômico libertador da mulher. Os limites do feminismo liberal burguês são dados pelo próprio capitalismo. Se este é tido como propiciador de maiores oportunidades de escolarização e de trabalho remunerado para as mulheres, é intocável, sagrado (1987, p. 113)

Nesta perspectiva as pautas reivindicadas eram, sim, os direitos das mulheres, porém não ultrapassaram os limites apresentados por uma sociedade capitalista ou da perspectiva burguesa de realidade. Neste sentido, Cisne (2014) pontua e concordo, “o fundamento do feminismo sendo a emancipação das mulheres, encontra um limite estrutural: o capitalismo” (p. 118), ou seja, ao pautar

somente questões específicas das vivências das mulheres, o feminismo liberal esbarra-se em outros fatores estruturais como o racismo e o capitalismo, sendo assim, não promove efetivamente a emancipação das mulheres.

A vertente do feminismo radical, tem como sua principal pauta a opressão sofrida pelas mulheres através da máxima do patriarcado, e defende que esse aspecto seria suficiente para a união dessas mulheres, desconsiderando as particularidades individuais, como a classe, etnia e raça, por exemplo. Esta perspectiva é muito mais próxima à marxista/socialista e como esta se opõe aos ideários liberais, contudo, Gandhi (2018) pontua que “Mais tarde, à medida em que o feminismo radical ganhou força, o materialismo histórico foi posto de lado e toda sua ênfase deslocou-se para uma análise do sistema de sexos/gêneros e do patriarcado desvinculado do sistema capitalista explorador.” (2018, p. 43). Portanto, a crítica a esta perspectiva vem no sentido de ela não avaliar e desconsiderar que fatores como classe e raça são categorias históricas e agem diretamente na vida das mulheres, sendo assim a extinção do patriarcado não é suficiente para que a emancipação humana ocorra.

O feminismo marxista/socialista, defende que a verdadeira emancipação das mulheres somente será possível através de uma transformação na estrutura da sociedade. Afinal, a emancipação humana não é possível enquanto outros sistemas opressivos forem emergentes e atuantes na vida dos sujeitos, pois somente assim poderemos almejar “ir mais além de nossos vários fragmentos: mulheres-homens, privado político, casa-trabalho, geral-específico e de atualizar a utopia de homens e mulheres livres numa sociedade livre” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 215). A incorporação da perspectiva socialista ao movimento feminista e o feminismo ao socialismo é analisado como uma ferramenta necessária e potente para avançar em direção a uma sociedade livre e emancipada, como analisa Cotas (2002)

o marxismo se vê como uma ciência vinculada à luta de uma classe social. Assim, a incorporação da perspectiva de gênero depende de uma postura política: é necessário que, além de um ponto de vista de classe, de luta pela emancipação da classe trabalhadora, se parta também de um ponto de vista de luta pela emancipação das mulheres. Isso não é somente possível como necessário para a luta socialista. E essa é a contribuição decisiva que o feminismo socialista tem dado ao movimento da classe trabalhadora (2002, p. 22-23)

Acima, foi exposto três das principais vertentes e perspectivas feministas, que deram os passos iniciais desses movimentos, porém há de ressaltar haver outras

mais, cada uma com suas particularidades, condizentes com seu tempo histórico e efervescência das temáticas perante a sociedade. Por isso, opto por trazer e reforçar a importância desta articulação, principalmente com a questão étnico-racial, para isso recorro as palavras de Lélia Gonzalez

Por tudo isso, o feminismo latino-americano perde muito de sua força abstraído um fato da maior importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região. Lidar, por exemplo, com a divisão sexual do trabalho sem articulá-la com a correspondente ao nível racial é cair em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco. Falar de opressão à mulher latino-americana é falar de uma generalidade que esconde, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas. Concordamos plenamente com Jenny Bourne, quando ela afirma: “Eu vejo o antirracismo como algo que não está fora do movimento de mulheres, mas como algo intrínseco aos melhores princípios feministas” (2020, p. 129)

Contudo, como já foi abordado neste trabalho, defende-se que essas perspectivas não podem negligenciar demais questões, compreendendo a correlação entre patriarcado, racismo e capitalismo e sua interdependência para manter os sistemas de dominação-exploração, avistando grande potência revolucionária no movimento que compreende e age de acordo à dissolução desses sistemas em conjunto.

3.1.1 Interseccionalidade e consubstancialidade

Quando pensamos na transversalidade de feminismos e outras pautas sociais, há diferentes perspectivas que buscam debatê-las e incorporá-las aos seus debates. Como consequência surgem novos conceitos que buscam explicar tal “fusão”, entre eles estão a interseccionalidade e a consubstancialidade.

Nos debates acerca da articulação entre gênero, raça/etnia e classe, encontra-se a perspectiva de consubstancialidade-coextensividade, inicialmente a discussão centralizava-se nas questões de gênero e classe, mais tarde ampliando suas discussões para as dimensões étnico-raciais. Para apresentar o conceito dessa perspectiva, recorreremos a Kergoat (2010) considerada pioneira neste debate

[...] as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e —raça se reproduzem e se co-produzem mutuamente (KERGOAT, 2010, p. 94).

Atualmente encontramos diversas autoras que defendem tal perspectiva, dentre elas Cisne (2015). Tal perspectiva, tem como base as afirmações de não homogeneidade das classes, assim defendendo que elas se relacionam intrinsecamente com gênero/sexo, raça/etnia, sendo assim construídas as relações sociais. Cisne ainda defende que a sociedade capitalista é uma sociedade capitalista-patriarcal-racista, tendo em sua estrutura a desigualdade como peça fundante, onde o capitalismo age apropriando-se das desigualdades estabelecidas pelas demais formas de opressão, nesse sentido, o sistema

as conduz para a sua dinâmica de exploração sobre a força de trabalho, ampliando o contingente humano disponível para os mais baixos salários e trabalho precários e, por conseguinte, aumenta sua capacidade de exploração associada a essas apropriações (CISNE, 2015, p. 145).

Já a interseccionalidade vem como o mesmo propósito, a articulação entre classe, raça/etnia e gênero/sexo. Seu surgimento, conforme Dionísio e Sugawara (2018) se deu de forma concomitante à organização do movimento feminista negro na década de 1980, devido a não identificação de representação nos movimentos feministas e antirracistas da época, principalmente em não encontrar interlocução entre esses dois movimentos. A perspectiva de interseccionalidade é considerada uma ferramenta importante conforme as autoras Freitas et al. (2018), pois consideram as diversas dimensões que compõem a vivência humana, entre elas as já citadas, classe, raça/etnia e gênero.

Contudo, não há hegemonia que esta seja a ferramenta mais qualificada para entender as relações sociais. Para isso, defende-se que a “interseccionalidade pode funcionar como um instrumento técnico-operativo aplicado às políticas públicas por possibilitar a conexão das desigualdades sociais num nível das práticas sociais” (Barroso, 2018, p. 451), porém reforça-se a necessidade de relacioná-la às demais lutas sociais e dentre eles classe, orientação sexual e gênero. Sendo assim, a autora avalia que ela é sim uma ferramenta válida, porém sozinha não apreende a complexidade das relações sociais.

Luciano (2019) em sua pesquisa no campo de debate de gênero e feminismo no Serviço Social, em suas considerações sobre a temática de interseccionalidade e consubstancialidade, sintetiza

observou-se que as categorias raça/etnia e classe social não assumem a mesma centralidade da categoria gênero na maioria das produções. Por sua vez, os autores que realizam essa articulação se dividem entre a

perspectiva de consubstancialidade-coextensividade, de interseccionalidade, relacionada essencialmente ao movimento feminista negro e ao debate das políticas públicas específicas e de simbiose entre patriarcado, racismo e capitalismo. Outras produções, ainda, fazem menção às relações entre gênero, raça/etnia e classe, porém sem reivindicar nenhuma das abordagens supracitadas. (p. 58)

Assim como a autora pontua em suas considerações, concordo a respeito da divisão no debate dessas dimensões, principalmente por motivos políticos e teóricos. Contudo, tenho como perspectiva neste trabalho a intensa relação entre gênero, raça/etnia e classe, pois se compreende que todos estes aspectos compõem a realidade não só do aspecto individual e pessoal, quanto das relações sociais, assim como agem interdependentemente para a perpetuação das desigualdades sociais.

3.2 A temática nas unidades federais do sul do Brasil

Ao longo deste escrito, partiu-se do pressuposto que gênero e sexualidade estão intrinsecamente conectados ao campo profissional do Assistente Social, seja no interior da categoria quando pensamos nas(os) profissionais que a compõem e as(os) em formação, quanto da própria população usuária e suas demandas cotidianas. Outro ponto a ser sinalizado é a consideração de que são diversos os fatores que constituem a questão social brasileira, intrínsecos à classe social, trazendo à luz então as demais questões sociais emergentes, entre elas as focais deste trabalho.

Para constituir esse trabalho, buscou-se analisar as matrizes curriculares das seis instituições federais de ensino do sul do país, sendo elas: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade Federal do Paraná (UFPR) — Campus Matinhos e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) a qual sou discente. Além das matrizes curriculares, pretendeu-se acessar os planos de ensino atualizados das disciplinas temáticas, para compreender se eram ofertadas nos departamentos de Serviço Social e de caráter obrigatório ou optativo, além de contar com os Projetos Pedagógicos dos respectivos cursos de graduação.

Neste caso, a pesquisa teve em vista elucidar como a temática está sendo desenvolvida durante a formação nessas instituições de ensino. Para investigar tal

objeto, recorreu-se a meio de comunicação digital, foi inicialmente enviado um e-mail para os contatos dos departamentos de Serviço Social¹², nele constou um link que dava acesso ao formulário online, além de buscar as informações disponíveis nas páginas oficiais das Universidades, a fim de responder às questões já mencionadas acima¹³. Das seis universidades, cinco foram alvo deste meio de comunicação, já que faço parte do corpo docente da UFSC e obtinha informações preliminares. Dessas cinco, apenas três¹⁴ responderam o questionário e anexaram os planos de ensino mais recentes, as outras duas¹⁵ foram analisadas conforme informações encontradas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) retiradas das páginas oficiais destas. Portanto, abaixo estão os dados coletados nesta pesquisa:

Tabela 1 - Dados referentes à oferta de disciplina que aborde a temática

Aspectos de análise/Universidade	UFRGS	UFSM	UNIPAMPA	UNILA	UFPR	UFSC
Há disciplina que aborde a temática no curso?	sim	sim	sim	sim	sim	sim
A temática é oferecida em disciplina específica?	não	sim	sim	sim	não	sim

Fonte: Coleta de Dados da Autora, 2022.

Como pode ser observado, todas as universidades dispõem de disciplinas referentes à temática oferecidas pelo departamento. Sendo duas as instituições de ensino que não possuem disciplina em específico para a temática, a UFRGS e a UFPR, onde a temática é debatida com outros temas que podem ser relacionados. Tais assuntos serão discorridos mais adiante.

Tabela 2 - Dados referente a modalidade em que as disciplinas são ofertadas

Aspectos de análise/Universidade	UFRGS	UFSM	UNIPAMPA	UNILA	UFPR	UFSC
Disciplina é oferecida na modalidade: Optativa (OP) ou Obrigatória (OB)?	OB	OB	OP	OP	OB	OP

Fonte: Coleta de Dados da Autora, 2022.

¹² Os contatos citados foram retirados das páginas dos sites oficiais das universidades em questão.

¹³ Além das matrizes curriculares, pretendeu-se acessar os planos de ensino atualizado das disciplinas temáticas, compreender se eram ofertadas dentro dos departamentos de Serviço Social e se eram de caráter obrigatório ou optativo.

¹⁴ UFRGS, UFSM e UFPR.

¹⁵ UNIPAMPA e UNILA.

Para além de ofertar este componente curricular, é alvo de nossa análise o caráter em que ela é ofertada, sendo um componente obrigatório ou optativo. Neste quesito, podemos observar que metade das instituições têm em seu currículo obrigatório as disciplinas que abordam a temática, já a outra metade as oferece em caráter optativo.

Ao se deparar com os dados, esclarece-se o modo como as diretrizes curriculares da ABEPSS estão sendo cumpridas nas universidades. Para além de sua aplicação, cabe ressaltar que a forma em que foram aprovadas pelo MEC, ao acessar o documento regulamentador do Ministério, não se vê nenhuma especificidade da exigência ou ao menos recomendação da implementação da temática nos cursos, reforçando a descaracterização da direção social da profissão, concretizando as palavras de lamamoto (2007).

Isso é indiscutível ao comparar as Diretrizes Curriculares geradas pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social (1999)¹⁶ — que atuam como equipe especializada para assessorar na elaboração e fiscalização das diretrizes curriculares — com a Resolução Nº15, de 13 de março de 2002, as diretrizes curriculares aprovadas pelo MEC, o documento em si, perde a densidade e a direção social da profissão fica totalmente invisível, como pode ser percenido nos trechos que indicam qual o perfil desses bacharéis em Serviço social. Nas Diretrizes Curriculares geradas pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social (1999), vemos:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (1999, pg. 1)

Já nas diretrizes aprovadas pelo MEC, por meio da Resolução Nº15, de 13 de março de 2022, vemos:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa

¹⁶ No ano de 1999 a Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social era composta por: Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo, Marilda Villela lamamoto e Mariangela Belfiore Wanderley. (ABEPSS, 1999)

e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. (2002, pg. 1)

Esse esvaziamento da criticidade, perspectiva de classes e generalidade das diretrizes curriculares aprovadas pelo MEC, deixa a escolha das instituições de ensino os parâmetros que seguirão no que diz respeito a perspectiva de curso disponível e inclusive os métodos de incorporação da temática de gênero e sexualidade nos cursos, possibilitando ofertá-la de forma optativa e sem periodicidade, nos fazendo refletir o quanto isso pode impactar a prática profissional dessas(es) estudantes que não cursaram tais disciplinas, ou sequer tiveram contato com as questões de gênero e sexualidade durante a graduação.

Outro ponto proposto para a análise, são as disciplinas oferecidas, observando as nomenclaturas, ementas e planos de ensino que tive acesso e, os PPC's, a fim de identificar as perspectivas teóricas presentes para instituir os currículos e disciplinas. A seguir partirei para uma síntese do que foi encontrado.

3.2.1 Análise das disciplinas ofertadas pelos cursos

Diante dos dados coletados, a seguir, trarei um apanhado do conteúdo desses planos e a análise será feita com base na perspectiva materialista histórico-dialética. Perspectiva que acredito ser coerente frente a realidade social brasileira, contanto que pense *patriarcado-racismo-capitalismo* como um sistema indissociável e interdependentes e responsáveis pelos sistemas de dominação e exploração humana. A apresentação será feita nomeando a instituição e o nome referente à disciplina que discute a temática.

UFRGS: PSI05045 - Relações Sociais de classe, Gênero, Sexo, Raça e Etnia.

Como já citado acima, a disciplina é obrigatória. Neste caso obtive acesso ao plano de ensino atualizado, referente ao primeiro semestre de 2022 e é através dele que pode ser percebida já em seus objetivos a perspectiva teórica adotada para a disciplina, nele se lê:

tendo base em referências vinculadas à teoria social crítica, com vistas à efetiva incorporação dessa pauta na formação profissional em Serviço Social”, além de “Elucidar a direção assumida pelo Serviço Social brasileiro

frente às relações de exploração/opressão de classe, raça/etnia e gênero. (Plano de Ensino - PSI05045 , 2022).

Com base no plano de ensino, percebeu-se o fomento do olhar crítico e da reflexão da transversalidade entre gênero, sexualidade, classe, etnia e raça. Nele foi proposta a discussão a respeito dos vários aspectos do racismo, questões da diversidade sexual e de gênero, temáticas aliadas à perspectiva de classe, como já previsto em sua ementa

“Construção sócio histórica das relações sociais de classe, gênero, sexo, raça e etnia na sociedade capitalista patriarcal racista. Divisão sócio sexual e racial do trabalho no capitalismo. A configuração das expressões da questão social e o trabalho do Assistente Social” (Plano de Ensino - PSI05045, 2022).

Para isso, contata-se em suas referências textos substanciais na tratativa dos diversos assuntos propostos, como vemos a seguir:

Quadro 1 - Referências bibliográficas da disciplina PSI05045

Básica Essencial
ALMEIDA, Sílvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. ISBN 9788598349749.
DAVIS, Ângela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. ISBN 9788575595039.
SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. ISBN 9788577432622.
Básica
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABPESS). Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades. Ano 14, n. 27(jan/jul. 2014). Brasília: ABEPSS, 2014.
CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018. ISBN 9788524926389.

Fonte: Coleta de Dados da Autora, 2022.

Acima, trouxe alguns exemplos que considero expressivos e de relevância, sendo potentes na geração de debates qualificados. Para além deles, verificou em leitura complementar a apresentação de textos publicados pela categoria profissional abordando as competências profissionais frente aos direitos sociais,

combate ao racismo, debate sobre a incorporação das temáticas ao ensino de Serviço Social e a importância da temática da diversidade sexual como ferramenta de quebra dos sistemas opressores e de dominação.

Portanto, pelo que pode ser analisado, mesmo que esta disciplina não seja especificamente voltada somente para o debate de gênero e sexualidade, Há nela o intuito de transversalidade e olhar para a realidade através de sua complexidade, a fim de incluir na formação uma discussão que não seja rasa sobre a temática, mas potencializando-a ao apresentar as demais questões que atravessam a vivência social de todos nós.

UFPR: SLSS026 - Segmentos Sociais, participação e controle social.

Esta disciplina também se dá de forma obrigatória no 7º período da formação. Para análise utilizou-se o plano de ensino atualizado do primeiro semestre de 2022. O programa da disciplina é regido pela Resolução Nº 04/2022 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da universidade e tem como base as discussões referentes ao:

O racismo estrutural e a sociedade brasileira. Segmentos Sociais e Lutas Identitárias. O protagonismo feminista nas lutas sociais. Os fundamentos do Serviço Social, as Políticas Públicas e Sociais em sua relação com a noção de branquitude e impacto disso no âmbito da formação profissional e exercício profissional. Diversidade Sexual e sua interface com as políticas públicas e sociais. Concepções de Participação Social: democracia X autoritarismo. Controle Social e neoliberalismo. (Plano de Ensino - SLSS026, 2022).

A característica predominante neste plano de ensino é a busca por manter a discussão próxima à atuação profissional e ao que propõe nosso código de ética profissional, objetivando “Fomentar no estudante a compreensão sobre temáticas pertinentes aos segmentos sociais por meio do debate sobre as lutas identitárias, participação e controle social” (Plano de Ensino — SLSS026, 2022), desde a proposta de análise destas pautas a partir dos fundamentos da profissão, a escolha por uma centralidade na realidade brasileira, no entendimento da importância da participação social e abordar a temática da diversidade sexual dentro do Serviço Social brasileiro. Isso pode ser visto no conteúdo proposto:

Quadro 2 - Referências bibliográficas da disciplina SLSS026

Bibliografia
<p>Aula Expositiva: Racismo Estrutural e o Serviço Social: Uma análise a partir dos fundamentos da profissão.</p> <p>Bibliografia: ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Polén, 2019. 252 p. (Feminismos Plurais). (p. 23 – 58)</p>
<p>Aula Expositiva: Feminismo Negro e a centralidade dos Movimentos Sociais para a conquista de direitos.</p> <p>Bibliografia: GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano. Capítulo A Mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica (p. 49 – 64). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.</p>
<p>Aula Expositiva: A configuração das Políticas Públicas e Sociais em sua relação com a branquitude: uma abordagem a partir do Serviço Social.</p> <p>Bibliografia: SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2020. Capítulo II Branquitude: 49 – 74.</p>
<p>Aula Expositiva: A infiltração do debate das pautas identitárias no interior do Serviço Social: um recorte por meio das lutas LGBTQIA+.</p> <p>Bibliografia: CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. Capítulo 1: Fundamentos teórico-políticos da diversidade humana, do heteropatriarcado e do racismo (P. 23 – 88) e Capítulo 3: Feminismo e Diversidade Sexual: um encontro com o projeto ético-político do Serviço Social. (P. 145 – 177). São Paulo: Cortez, 2018).</p>

Fonte: Coleta de Dados da Autora, 2022.

Isto posto, observa-se que esta disciplina não trata somente da temática de gênero e sexualidade, porém, analisa-se que o conteúdo proposto se faz suficiente para gerar debates e reflexões a respeito da complexidade da questão social. Assim como a universidade supracitada, esta mantém em sua bibliografia o livro Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social, que faz parte da biblioteca básica do curso e possui arcabouço teórico para unir a temática com o projeto ético-político da profissão. Sendo assim, acredito que esses debates possuem potencial para promover aos estudantes um olhar mais atento às singularidades da questão social presentes no dia a dia profissional. Nota-se, também, a perspectiva da interseccionalidade como marca das referências, muito embora a indicação que se relaciona com o Serviço Social é o da Biblioteca Básica, cujas autoras se situam no campo das relações sociais de sexo.

UFSM: DSS0005 - Gênero, Políticas Sociais e Serviço Social.

A disciplina está no currículo obrigatório do curso e está presente no 2º período da formação. Obtive acesso ao plano de ensino do primeiro semestre de 2022. Em sua ementa ela se dispõe a discutir, a conceitualização da categoria teórica de gênero, gênero e políticas públicas no Brasil e gênero e Serviço Social, tendo como objetivo:

Conhecer as teorias e as perspectivas de análise de gênero nas ciências humanas e sociais. Apreender o processo de construção social da categoria gênero. Compreender a discriminação positiva de gênero na formulação das políticas sociais. Identificar as conquistas e os desafios no contexto das políticas sociais para os gêneros e os transgêneros na realidade brasileira. Abordar a dimensão interventiva do Serviço Social, nas expressões da questão social com e gênero. (Plano de Ensino - DSS0005, 2022).

Ao verificar o plano de ensino identificou-se a iniciativa em apresentar as diversas perspectivas teóricas de gênero, com base nas teorias feministas, buscando compreender como o gênero impacta nas relações sociais. Após, realiza as análises das políticas sociais conquistadas através das lutas de movimentos sociais e reflete a respeito dos direitos ainda a serem conquistados e garantidos na perspectiva de igualdade de gênero. Por fim, busca-se resgatar a entrada do Serviço Social no debate de gênero e suas contribuições para a pauta, trazendo o marxismo e o feminismo, objetivando entender a dimensão interventiva do Serviço Social, nas expressões da questão social e gênero.

Quadro 3 - Referências bibliográficas da disciplina DSS0005

Bibliografia Básica
CISNE, M. Feminismo e Consciência de Classe no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014.
CISNE, M. Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
SAFFIOTI, H. I. B. A Mulher na sociedade de Classes: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
VELOSO, R.; BEZERRA V. Gênero e Serviço Social: desafios a uma abordagem crítica. São Paulo: Saraiva, 2015.

Fonte: Coleta de Dados da Autora, 2022.

Esta disciplina discorre primordialmente sobre gênero e traz reflexões sobre sexualidade, porém a maior ênfase é na relação gênero-classe e o que ambos impactam nas relações sociais, porém não há menção da transversalidade com as questões étnico-raciais. Diferentemente das anteriores, essa realmente possui foco em discutir a temática, demonstrando maior facilidade para o aprofundamento da pauta e debates mais qualificados, ocasionando aos estudantes maior aproveitamento da pauta, principalmente ao propor a reflexão acerca dos desafios ao abordá-la na perspectiva da categoria profissional.

Conforme as considerações já apresentadas anteriormente, a disciplina ter como principal enfoque o gênero, não a impede de discutir outras pautas sociais, principalmente quando falamos da multiplicidade de feminismos, nos cabe ressaltar que caberia aqui, trazer as pautas do feminismo negro, pois a realidade se constitui de vários sistemas interdependentes, entre eles o patriarcado, racismo e capitalismo, agentes diretos da nossa atuação profissional.

UFSC: DSS7166 - Serviço Social e Gênero.

A disciplina em questão é ofertada de forma optativa. O plano de ensino acessado diz respeito ao primeiro semestre do ano de 2020, nesta ocasião devido à pandemia do Coronavírus as aulas foram ministradas remotamente. Ao analisar o documento, em seus objetivos já fica claro a perspectiva teórica adotada para a disciplina, neles consta: “Introduzir o debate sobre as determinações para a formação e exercício profissional do Serviço Social quanto às relações sociais de gênero no contexto da sociabilidade capitalista” (Plano de Ensino — DSS7166, 2020), buscando em seus objetivos específicos:

- Identificar as determinações de gênero, classe e raça/etnia para a formação e exercício profissional;
- Introduzir a história do feminismo e as diferentes concepções sobre as categorias sócio- históricas que marcam a luta das mulheres;
- Identificar as tendências teóricas e políticas no debate sobre gênero, sexualidade, raça/etnia e classe. (Plano de Ensino - DSS7166, 2020)

Observou-se a intensa correlação da temática com o projeto ético-político da profissão, além de contar com materiais formulados pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), como os “CFESS Manifesta”, orientações de atendimento à população trans, cartilhas de combate ao racismo e a transfobia, o que considero

como positivo, ao propor a discussão de identidade de gênero. Outro ponto a ser ressaltado é a inserção de trabalho feito no âmbito da própria universidade, sendo um Trabalho de Conclusão de Curso do ano de 2019. Também foi proposto a articulação com os conceitos de raça e classe, como conferimos nas referências bibliográficas a seguir:

Quadro 4 - Referências bibliográficas da disciplina DSS7166

Bibliografia Básica
ALMEIDA, Guilherme. Transfobia. Brasília (DF): CFESS, 2020. 16 p. (Série Assistente social no combate ao preconceito – Caderno 4)
CFESS. Orientações para o atendimento de pessoas trans no conjunto CFESS-CRESS. Brasília (DF), 2019. CFESS (org.). Serviço social e diversidade trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate [compilado de palestras]. Brasília (DF), 2020.
DAVIS, Angela. Feminismo e abolicionismo: teorias e práticas para o século XXI. In: DAVIS, Angela. A liberdade é uma luta constante. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 89-103.
TENORIO, Emilly Marques. Machismo. Brasília (DF): CFESS, 2019. 23 p. (Série Assistente social no combate ao preconceito – Caderno 6)
LUCIANO, Christiane dos Santos. O debate sobre gênero e feminismo no Serviço Social brasileiro: uma análise a partir da produção científica da categoria. 2019. 67 f. TCC - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019
SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Emprego doméstico e capitalismo. Rio de Janeiro: Avenir, 1979. 55p. (Coleção Depoimentos – v. 14)
GURGEL, Telma. Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9, Florianópolis, 2010. Anais... Florianópolis: [s, n], 2010.

Fonte: Coleta de Dados da Autora, 2022

Neste plano de ensino, há de fato um bloco reservado para a discussão e diferenciação de gênero e sexualidade, observou-se a iniciativa de contar com diversos materiais didáticos, entre eles o recurso de vídeos curtos e mini documentários, onde esses assuntos eram tratados de forma simples e descomplicada.

Quadro 4 - Referências bibliográficas da disciplina DSS7166

FOUCAULT, Michel. O dispositivo de sexualidade. In.: FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1999. p. 73-124.
BUTLER, Judith. Introdução. In.: Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”. 1ª Edição. São Paulo. 2019
BUTLER, Judith. Vida precária, vida digna de luto. Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
CANAL das Bee - Playlist - Guia Básico LGBT. [S.l]: Canal das Bee, 2018 - 2020. P&B. Disponível em: < https://www.youtube.com/playlist?list=PLzY-oAdpCHI0GnlX_-cTj1j6hC2sOy23N .>

Fonte: Coleta de Dados da Autora, 2022

Ademais, esta disciplina mostrou-se eficaz no intuito de introduzir as(os) estudantes ao debate de gênero e sexualidade, trabalhando com a transversalidade com as demais questões étnico-raciais e de classe, sendo positiva a uma perspectiva que potencializa o olhar crítico frente às demandas de trabalho dos assistentes sociais. É importante pontuar o uso de vídeos educativos, como fim didático, para a introduzir o debate sobre as diferenças entre sexualidade e identidade de gênero, o que não vimos de forma tão explícita em outras ementas, tal fato é visto como positivo.

UNILA: Serviço Social e Gênero.

A universidade em questão não respondeu as tentativas de contato, sendo assim o conteúdo que será analisado foi retirado do PPC (2022), portanto, ele pode estar incompleto. Conforme os levantamentos desta pesquisa, a disciplina é ofertada optativamente e tem como objetivo “Qualificar para a compreensão da problemática das relações de gênero na sociedade latini-americana contemporânea e sua relevância nas expressões da “questão social” (PPC, 2022), através do “Estudo e investigação de temas contemporâneos vinculados às expressões da Questão Social: a questão de gênero. Serviço Social e relações de gênero. Relações de gênero na América Latina contemporânea e expressões da questão social” (PPC, 2022).

Pode ser percebida durante a análise do conteúdo programático, que esta disciplina apresenta a historicidade das questões de gênero na sociedade, propõe a articulação entre gênero e classe, abordando a divisão sexual do trabalho. Acredito que um dos principais diferenciais é abordar não só a realidade brasileira, mas por um arcabouço teórico com viés latino-americano, esclarecer historicamente como se deu esses processos na América Latina, como podemos observar na bibliografia proposta:

Quadro 5- Referências bibliográficas da disciplina Serviço Social e Gênero - UNILA

Bibliografia Básica
COSTA, A. e Bruschini, C. (orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1992.
COMBES, D., Haicault, M. “Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes” in Kartchevsky, A. et alii. O sexo do trabalho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
GRASSI, E. La mujer y la profesión de asistente social. Buenos Aires: Humanitas, 1989.
GOLDMAN, Wendy, Mulher Estado e Revolução. São Paulo: Boitempo, 2014.
KERGOAT, D. “Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho”, in Lopes, M. J. M., Meyer, D. E., Waldow, V. R. (orgs.). Gênero e saúde. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.
SAFFIOTI, H. “Rearticulando gênero e classe social”, in Costa, A. O., Bruschini, C. (orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1992.

Fonte: Coleta de Dados da Autora, 2022.

Sem dúvida, a abordagem sob uma perspectiva latino-americana faz diferença para o entendimento mais amplo dos processos sociais dos países vizinhos ao nosso e conseqüentemente com uma realidade social semelhante, o que pode ocasionar na identificação de questões sociais emergentes em comum. Outro ponto é a ausência da interlocução com as questões étnico-raciais. De fato a limitação ao plano exposto no PPC, nos faz questionar as alterações feitas pelos docentes que ministram a disciplina como também a periodicidade em que ela é ofertada, porém, se mostra ser uma disciplina que ocasiona reflexões a respeito das dimensões interventivas em um aspecto amplo, para além do território brasileiro.

UNIPAMPA: Relações de Gênero.

A universidade em questão não respondeu as tentativas de contato, sendo assim o conteúdo que será analisado foi retirado do PPC (2016), portanto, o conteúdo pode estar desatualizado ou incompleto. Conforme a pesquisa realizada, a disciplina é ofertada de forma optativa e tem como objetivo:

Compreender as formas de construção da identidade de gênero, dimensionando no contexto das relações de gênero e das relações de poder instituídas e instituintes na sociedade de classes, articulando os conceitos e as dinâmicas estudadas, a fim de qualificar para a compreensão das relações de gênero na sociedade brasileira contemporânea e sua relevância nas expressões da questão social (PPC, 2016).

Em sua ementa, propõe estudar “As relações de gênero enquanto construções sociais”. As principais abordagens teóricas do conceito de gênero: estruturalismo, marxismo e pós-estruturalismo. Gênero, sexualidade e identidade. As políticas sociais e a questão de gênero”(PPC, 2016). Para Tal, apresentam a seguinte bibliografia:

Quadro 6 - Referências bibliográficas da disciplina Relações de Gênero- UNIPAMPA

Referências Bibliográficas Básicas
ALVES, B. M. & PITANGUY. O que é feminismo. São Paulo: Brasiliense, 1985.
BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM, S. G. (org). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: FCC: ED. 34, 2002.
BEAUVOIR, S. O Segundo Sexo - A Experiência Viva. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1980.
HOLLANDA, Ana Buarque. Tendências e Impasses - o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
LOPES, G. (Org.) Gênero, Educação e Sexualidade. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006.
PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2004.

Fonte: Coleta de Dados da Autora, 2022.

Conforme o documento acessado, verificou-se que a disciplina se propõe a fazer articulação entre gênero e classe, porém no plano isso pode ser percebido de

forma sutil, principalmente ao buscar as referências com o recorte do viés do materialismo histórico-dialético. Já que grande parte dos debates giram em torno da conceitualização, introdução e historicidade das discussões de gênero. Portanto, com o material acessado, ressaltando que pode estar desatualizado e incompleto, analisa-se a necessidade de uma maior articulação com a direção social profissional, pontuando a coerência da temática com o projeto ético-político da profissão. Além de provocar a interlocução com as demais questões que complementam a questão social brasileira e conseqüentemente a atuação profissional.

Conforme o conteúdo acima exposto, a temática de Gênero e Sexualidade ainda pode ser considerada inconstante durante a formação profissional. Tendo como parâmetro esta pesquisa, somente metade das instituições possuem em sua grade curricular obrigatória a incorporação desse eixo temático. Obviamente, a ausência de matéria específica não impede que ela seja tratada transversalmente a outras disciplinas, principalmente por estar fortemente vinculada aos princípios éticos-políticos profissionais, acredito ser possível e necessária a incorporação em disciplinas que tratam dos fundamentos da profissão. Contudo, considero a defesa de uma disciplina obrigatória específica, como uma peça fundamental para a garantia da incorporação desta temática durante a formação, para todos as(os) estudantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada com as universidades federais do sul do Brasil que possuem cursos de graduação em Serviço Social, visando compreender como a temática de gênero e sexualidade está sendo aplicada durante a formação profissional. Acredito que obtive um panorama, mesmo que restrito devido à regionalização da pesquisa, porém significativo para refletir a respeito das diferenças entre essas instituições e principalmente dos cursos de Serviço Social.

Partindo do entendimento que este trabalho foi escrito sob um viés da realidade de uma estudante com suas particularidades, acredito ser pertinente reforçar minhas motivações para tal objeto de pesquisa. Além de ser uma mulher lésbica, vindo da periferia de Curitiba e possuir interesse contínuo no aprendizado da temática, como estudante e ansiei pelo momento em que as discussões sobre gênero e sexualidade estivessem presentes em sala de aula. Durante o percurso formativo que se iniciou em 2017, as discussões a respeito da temática estiveram presentes, só que de forma tímida, soube que haveria a possibilidade de cursar disciplina específica de forma optativa, pela falta de periodicidade na oferta, consegui cursá-la somente em 2020 e na modalidade remota devido à pandemia do Coronavírus. Nesta disciplina, mesmo no contexto em que estávamos, houveram diversas provocações e interlocuções extremamente necessárias, porém notei que os participantes eram os mesmos que eu encontrava nos eventos voltados à temática. Esse fato gerou em mim o interesse de entender o contexto dos outros cursos de Serviço Social, questionando a necessidade de este componente curricular ser obrigatório para a formação.

Outro elemento motivador e não menos importante para essa pesquisa, foi o fato da minha inserção em campo de estágio, neste caso, meu primeiro campo foi em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), ao adentrar este espaço ficou clara a demanda latente que cerca o fazer profissional. Desde a notável maioria da população usuária ser mulher e mesmo sendo localizado em uma cidade constituída por vários bairros rurais, neste campo havia demanda de atendimento a um adolescente trans, este referenciado no serviço. Tal contexto me fez analisar a rotina das(os) profissionais, a fim de compreender se a identidade de gênero estava sendo respeitada e as orientações sobre os processos de transição estavam sendo

feitas. Felizmente sim e acredito que principalmente pela qualificação profissional das(os) envolvidas(os), e da contínua comunicação entre a equipe multidisciplinar. Porém, também gerou outros questionamentos, e os locais que não possuem profissionais capacitadas(os) e cientes da temática, quais são as garantias que não haverá violências institucionais? Esta pesquisa também vem ao encontro dessas inquietações e objetivando entender se os direitos da população LGBTQIAPN+ serão garantidos e se o gênero não será tido como caráter moralizante para a responsabilização das usuárias destes serviços.

Por isso, nos compete refletir qual o tipo de formação que está sendo proporcionada aos estudantes e se ela reflete a realidade social brasileira, principalmente quando pensamos nos recordes de gênero e sexualidade.

Neste sentido, como já apresentado anteriormente, a temática está sendo ofertada pelas seis universidades que foram alvo desta pesquisa, contudo, somente três as incluíram no currículo obrigatório do curso, como recomendam as diretrizes curriculares da ABEPSS. Esta constatação, nos faz pensar se esse contexto nas universidades se dá pelo fato de não haver obrigatoriedade da abordagem da temática por parte do MEC, ou, o fato do ensino estar precarizado no Brasil, com falta de professores e estímulo à pesquisa, reforçando cada vez mais que o processo formativo seja generalista.

Considero extremamente necessário, pontuar o perfil profissional da categoria, pois isso interfere diretamente tanto nas demandas de disciplinas nas instituições de ensino, quanto na atuação profissional, para isso trago o trecho em que Lima (2014) reflete sobre o perfil profissional e o perfil da população usuária,

O Serviço Social é uma profissão formada prioritariamente por mulheres oriundas da classe trabalhadora e, como tal, além de mediatizada por um forte recorte de classe social, também é mediatizada por predominância de mulheres pardas ou negras. Esse também é o perfil das usuárias dos serviços sociais, a quem os(as) assistentes sociais prestam serviços. (LIMA, 2014, p. 55)

Como parte da população usuária, não podemos deixar de mencionar a população LGBTQIAPN+, que historicamente tem seus direitos negados ou ameaçados, além de travestis e transexuais estarem diariamente sob ameaça de morte, como já foi mencionado anteriormente. Ao entender que a intervenção profissional, é de fato uma ferramenta potente para intervir e atuar nas relações sociais e suas dinâmicas variadas, entendo ser importante o debate estar

intrinsecamente vinculado às discussões de políticas públicas e sociais. Por isso considero tão importante que a formação esteja fortemente vinculada com essas demandas, isso inclui estar ciente das diversas vivências sociais, seja no espectro da sexualidade como no de gênero. Entretanto, nota-se a ausência da discussão com relação à identidade de gênero, na maioria das instituições, que abordem as discussões acerca das vivências das pessoas Transexuais, Travestis e Não Binárias, tendo em vista que são elaborados discursos a respeito da construção social do gênero. Sendo assim, essa discussão deveria ser valorizada, pois a diversidade de gênero¹⁷ não só corrobora com essa discussão, como reforça o caráter da não fixidez de sexo e gênero como base absoluta para a determinação da vida social humana.

A título de comparativo, no ano de 2011, Rita de Lourdes Lima realizou um estudo a fim de entender como se configurava as disciplinas que debatiam a temática de gênero, nos cursos de Serviço Social presenciais em território brasileiro, sua pesquisa abrangeu 32 universidades (públicas e privadas). Em seus achados, ela pontuou o visível crescimento da temática nas instituições de ensino, porém em suas palavras “ainda se faz necessário avançar mais no processo de formação dos discentes, uma vez que as discussões têm se dado em disciplinas eletivas e, por vezes, somente ao final do curso” (2014, p. 65). Desta forma, os achados vão ao encontro dos de Lima realizado em 2011, e concordo com a autora que necessitamos de avanços na implementação da temática de forma obrigatória.

Conforme análise dos planos de ensino e trechos retirados de PPC's, entende-se que há por parte das instituições um esforço genuíno para gerar reflexões críticas diante da temática, inclusive tratando-a de maneira transversal com as demais questões como classe, etnia e raça, fato que considero extremamente relevante e condizente com uma atuação atualizada e qualificada para intervir na dinâmica da questão social. Portanto, cabe reconhecer e reivindicar a potencialidade de um ensino acordado com o código de ética profissional, defendendo o materialismo histórico-dialético como pertinente e eficaz para

¹⁷ Diversidade de gênero vem significando na cena pública brasileira, todos os fatos que se relacionam às pessoas trans: suas identidades, seus pontos de vista, suas condições de vida, seus direitos, as violações desses direitos e, também, as violências as quais podem ser (e muitas vezes são) submetidas (ALMEIDA, 2018, p. 03)

compreender e explicar as relações sociais, principalmente quando aliado às lutas no combate ao sexismo, racismo e LGBTQIAPN+fobia.

É incontestável que há incorporação da temática na formação, entretanto, isso nos deve ser assegurado através de uma proposta curricular que contemple os aspectos sociais latentes, posto que as relações sociais sob amparo da ordem do capital são determinadas social e historicamente pela classe, gênero e raça/etnia. Não incorporar dessa forma é fragmentar a questão social e em consequência a formação profissional. Então, aqui defende-se a necessidade de uma disciplina obrigatória que aborde a temática de gênero e sexualidade, vendo possibilidade de incluir esse debate nas disciplinas que contemplam os fundamentos éticos da profissão.

Portanto, cabe reconhecer as limitações desta pesquisa, assim como os questionamentos que permanecem quanto à quais profissionais estão sendo construídos nos campos de ensino. No entanto, acredito que este anseio por respostas não para por aqui, assim como acredito em uma mudança mais profunda na categoria profissional e como consequência no ensino de Serviço Social, principalmente com relação à temática. Nós como estudantes e profissionais, estaremos buscando estas transformações no cotidiano de estudo e trabalho, acreditando ser possível ver a queda de todos os sistemas de dominação e exploração através do agir coletivo.

REFERÊNCIAS

ABEPSS/CEDEPSS. Relatório Do Grupo Temático De Pesquisa Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades. Natal/RN 2014.

<<http://www.abepss.org.br/noticias/gtp-servico-social-relacoes-de-exploracaoopressao-de-genero-racaetnia-geracao-sexualidades-15>>

ABEPSS (Brasil). Diretrizes Curriculares elaboradas pela equipe de especialistas de 1999. Disponível em:

<https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311140412406970.pdf> Acesso em: 02 nov. 2022.

ALMEIDA, Guilherme da S.; SILVA, Magali Almeida. Relatório do Colóquio do GTP 6 no **XII ENPESS**. Juiz de Fora: 2012. 3p.

ALMEIDA, Guilherme da S. Diversidade de gênero, violência e a importância de uma compreensão ampliada do tema. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, 2018, Vitória/Es. Anais. Vitória/Es: UFES, 2019. v. 16, p. 01-19. Disponível em:

<<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23558>> . Acesso em: 07 out. 2022.

ALMEIDA, Guilherme da S. **Transfobia**. Brasília (DF): CFESS, 2020. 16. (Série Assistente social no combate ao preconceito – Caderno 4)

ÁLVARO, Mirla Cisne. Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil. 2013. 410 f. Tese (Doutorado em Política Social e Trabalho) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:

<<http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/15881>> Acesso em: 29 out. 2022.

BARROSO, Milena Fernandes. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social & Sociedade** [online]. 2018, n. 133 [Acessado 10 Novembro 2022] , pp. 446-462.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.153>> . ISSN 2317-6318. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.153>.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. RESOLUÇÃO CFESS Nº 594, de 21 de janeiro de 2011.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista: mais que um gênero em tempos neoliberais”. **Revista crítica marxista**, n.11, São Paulo, 2000.

CISNE, Mirla. Feminismo e consciência de classe no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, Mirla. Direitos Humanos e Violência Contra as Mulheres: Uma Luta Contra a Sociedade Patriarcal-Racista-Capitalista. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 18, n. 1, p.138-154, jul./dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1679-4842.2015v18n1p138>. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23588>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CISNE e SANTOS. Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Resolução n.15, de 13 de março de 2002. Estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção 1. p.33. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311141012990370.pdf Acesso em: 02 nov. 2022

DELPHY, Christine. Patriarcado. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009b.

DIONÍSIO, Gustavo; SUGAWARA, Gisele. Rosana Paulino: arte, crítica, subjetividade. *Gênero*, Niterói, v. 19, n. 1, p.148-167 jul./dez. 2018. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/1193>. Acesso em: 10 nov. 2022.

Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021 / Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf> Acesso em 08 dez. 2022.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Diversidade Sexual, Políticas Públicas e Direitos Humanos: saúde e cidadania em cena. **Temporalis: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades**, Brasília/DF, v. 14, n. 28, p. 77-98, 30 nov. 2014. Revista Temporalis.

FREITAS, Rita et al. História do Serviço Social: resgatando uma história de mulheres. **Revista Em pauta**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 42, p.228-246, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/39427>. Acesso em 10 nov. 2022.

GANDHI, Anuradha; Sobre as Correntes Filosóficas dentro do Movimento Feminista. 2ª Edição. 2018

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1989

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro- Latino-Americano. Capítulo A Mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica (p. 49 – 64). Rio de Janeiro: Zahar, 2020

GURGEL, Telma. Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9, Florianópolis, 2010. Anais... Florianópolis: [s, n], 2010.

HETERONORMATIVIDADE. In: DICIO: Dicionário Online de Português. 7Graus, 2009. Disponível em:

<<https://www.dicio.com.br/heteronormativo/#:~:text=Significado%20de%20Heteronormativo&text=Que%20enxerga%20a%20heterossexualidade%20como,Hetero%20%2B%20normativo.>> Acesso: 14 de setembro de 2022.

IAMAMOTO. Marilda Villela. Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e trabalho do (a) assistente social na atualidade. **CFESS. Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. 1ª Ed Ampliada. Brasília, 2012.

IAMAMOTO. Marilda Villela; CARVALHO, R. de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 38. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO. Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo , n. 120, p. 608-639, Dez. 2014.

IAMAMOTO. Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IRINEU, Bruna Andrade. 10 anos do Programa Brasil sem Homofobia: notas críticas. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 14, n. 28, p.193-220, jul./dez. 2014.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 86, p.93-103, mar. 2010. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005&lng=en&nrm=iso.](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005&lng=en&nrm=iso)> Acesso em 10 nov. 2022.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LEDOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LIMA, Rita de Lourdes de. Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações. **Serviço Social & Sociedade** [online]. 2014, n. 117 [Acessado 3 agosto 2022] , pp. 45-68. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S0101-66282014000100004>>

LOLE, Ana; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. Políticas para Mulheres e Lutas Feministas: os paradoxos da proteção social. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p.46-60, jan./abr. 2017.

LUCIANO, Christiane dos Santos. O debate sobre gênero e feminismo no Serviço Social brasileiro: uma análise a partir da produção científica da categoria. 2019. 67 f. TCC - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em:

<[https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/199356.](https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/199356)> Acesso em: 10 nov. 2022.

MATOS, M. I. S. Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros-percursos e possibilidades (Org). In: _____. **Gênero em debate**: trajetória e perspectivas na história Contemporânea. São Paulo: Educ. 1997.

MATOS, Maria Izilda Santos. Currículo do sistema currículo Lattes. [Brasília], 29 out. 2022. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3818957885297532>>

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otavio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 24º ed. Petrópolis: Vozes, 1994

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CEAD, 1999. Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

ONU MULHERES BRASIL (Brasil) (org.). **ONU Mulheres destaca o legado da feminista Rose Marie Muraro**. 2014. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-destaca-o-legado-da-feminista-rose-marie-muraro/>> . Acesso em: 28 set. 2022.

QUEIROZ, Fernanda Marques de; IRINEU, Bruna Andrade; ÁLVARO, Mirla Cisne; LIMA, Rita de Lourdes. Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades: breve histórico e desafios. **Temporalis**: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades, Brasília/DF, v. 14, n. 27, p. 233-241, 30 nov. 2014. Revista Temporalis.

RENAN QUINALHA (Brasil). **Um revolucionário de diversas causas**: a vida extraordinária de herbert daniel. a vida extraordinária de Herbert Daniel. 2018. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/herbert-daniel-vida-extraordinaria/>> . Acesso em: 28 set. 2022.

REVISTA TRIP/TRIP TRANSFORMADORES (Brasil) (ed.). **Gabriela Leite**: fundadora da daspu, grife cuja renda financia ações de afirmação da cidadania das prostitutas. 2012. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/homenageados/2012/gabriela-leite>> . Acesso em: 28 set. 2022.

ROCON, Pablo Cardozo, Sodré, Francis e Duarte, Marco José de Oliveira. Questões para o trabalho profissional do Assistente Social no processo transexualizador. **Revista Katálysis** [online]. 2018, v. 21, n. 03, pg. 523-533. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p523>> Acesso em: 27 de Julho de 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. (Traduzido por: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila) **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** Recife: SOS Corpo, 1995.

SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES DO PT (ed.). **Conheça o 'Stonewall' brasileiro, o levante liderado por lésbicas e apoiado por feministas.** 2020.

Disponível em:

<<https://pt.org.br/conheca-o-stonewall-brasileiro-o-levante-liderado-por-lesbicas-e-apoiado-por-feministas/>> . Acesso em: 14 de setembro de 2022.

SOUZA-LOBO, Elisabeth, **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Perseu Abramo; Secretaria Municipal de Cultura; Brasiliense, 2011.

SPENCER, Colin. *Homossexualidade: uma história.* Rio de Janeiro: Record, 1999;

TATAU GODINHO (Brasil). **Obrigada Heleieth Saffioti pela vida e obra dedicadas à emancipação das mulheres.** 2010. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/obrigada-heleieth-saffioti-pela-vida-e-obra-dedicada-a-emancipacao-das-mulheres/>. Acesso em: 27 out. 2022.

UFSC Diversifica. **LGBTQIAPN+: mais do que letras, pessoas.** 2021. Disponível em:

<<https://diversifica.ufsc.br/2021/06/25/lgbtqiapn-mais-do-que-letras-pessoas/#dropmenu>> . Acesso em: 14 set. 2022.

ZACARIAS, Inez Rocha; CARRARO, Gissele. **O SERVIÇO SOCIAL E A DIREÇÃO SOCIAL DA PROFISSÃO: desafios frente ao cenário crise.** In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 2., 2017, Florianópolis. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180153>> . Acesso em: 22 out. 2022.

APÊNDICE A – Formulário enviado às universidades.

1/11/2022 14:57

TCC: Gênero e Sexualidade na Formação em Serviço Social: Presença da temática na formação em Serviço Social nas Uni...

TCC: Gênero e Sexualidade na Formação em Serviço Social: Presença da temática na formação em Serviço Social nas Universidades Federais da região Sul do Brasil

Este formulário tem como objetivo auxiliar no desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, pela estudante de Serviço Social Lúcia Flávia Machado de Moraes da Universidade Federal de Santa Catarina.

Para apreciação institucional de sua coordenadoria no sentido de auxiliar a realização deste trabalho para o desenvolvimento e concretização do projeto intitulado: (Gênero e Sexualidade na Formação em Serviço Social: Presença da temática na formação em Serviço Social nas Universidades Federais da região Sul do Brasil), tendo em vista a importância do tema na atuação profissional.

Desta forma para elaborá-lo, solicito algumas informações:

1. O curso de Serviço Social desta Universidade possui alguma disciplina que aborde a temática de Gênero e Sexualidade?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- A temática é oferecida dentro de outras disciplinas

2. Se a resposta for positiva, ela está no currículo obrigatório ou é oferecida de forma optativa?

Marcar apenas uma oval.

- Obrigatório
- Optativa

2

3. Solicito o compartilhamento da grade curricular e plano de ensino atualizados da(s) referida(s) disciplina(s).

Arquivos enviados:

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE B – Planos de Ensino das universidades.

Instituto de Psicologia Departamento de Serviço Social

Dados de identificação

Disciplina: **RELAÇÕES SOCIAIS DE CLASSE, GÊNERO, SEXO, RAÇA E ETNIA II**

Período Letivo: **2022/1**

Período de Início de Validade : **2020/2**

Professor Responsável: **LOIVA MARA DE OLIVEIRA MACHADO**

Sigla: **PSI05054**

Créditos: 4

Carga Horária: 60h

CH Autônoma: 12h CH Coletiva: 48h CH Individual: 0h

Súmula

Construção sócio histórica das relações sociais de classe, gênero, sexo, raça e etnia na sociedade capitalista patriarcal racista. Divisão sócio sexual e racial do trabalho no capitalismo. A configuração das expressões da questão social e o trabalho do Assistente Social.

Currículos

Currículos	Etapa Aconselhada	Pré-Requisitos	Natureza
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL - NOTURNO		Nenhum pré-requisito	Eletiva

Objetivos

Geral:

Apreender os processos exploração/opressão de classe, raça/etnia e gênero, constitutivos da formação sócio histórica da realidade brasileira - classista, heteropatriarcal, heteronormativa e racista - com base em referências vinculadas à teoria social crítica, com vistas a efetiva incorporação dessa pauta na formação profissional em Serviço Social.

Específicos:

- Apropriar o debate sobre os processos constitutivos da sociedade classista, heteropatriarcal, heteronormativa e racista.
- Problematicar os processos de exploração/opressão de classe, raça/etnia e gênero, considerando as expressões da questão social e as metamorfoses do mundo do trabalho.
- Refletir sobre o racismo estrutural e seus impactos no âmbito da formação e do trabalho profissional do/a assistente social.
- Elucidar a direção assumida pelo Serviço Social brasileiro frente relações de exploração/opressão de classe, raça/etnia e gênero.

Conteúdo Programático

Semana	Título	Conteúdo
1	Apresentação do Plano da Disciplina e Organização Metodológica	- Apresentação do Plano de Ensino-Aprendizagem. - Organização do processo metodológico e de avaliação.
2 a 5	Configurações da sociedade classista, heteropatriarcal, heteronormativa e racista	1.1 A constituição da formação sócio-histórica da realidade brasileira: classista, heteropatriarcal, heteronormativa e racista. 1.2 Sistemas interligados de dominação (classe, raça, gênero).
6 a 8	Relações sociais de exploração/opressão de classe, raça/etnia e gênero	2.1 Debate sobre raça/etnia, racismo. 2.2 Questão social e os processos de exploração/opressão: classe, raça, etnia e gênero.
9 a 12	Interseccionalidade entre classe, raça/etnia e gênero	3.1 Reflexões sobre a categoria gênero. 3.2 Divisão sexual e racial do trabalho. 3.3 Racismo estrutural, formação e trabalho profissional da/o assistente social.
13 a 16	Projeto ético político profissional do Serviço Social e relações de exploração/opressão de classe, raça/etnia e gênero	4.1 Projetos societários e projetos profissionais. 4.2 Movimentos e lutas sociais. 4.3 Posicionamento das Entidades Políticas Organizativas das/os assistentes sociais (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO).
17 a 19	Avaliação e recuperação	- Atividades avaliativas na modalidade síncrona e assíncrona (Seminários e Estudos Dirigidos). - Atividade assíncrona de recuperação: prova.

Metodologia

Os conteúdos programáticos a serem desenvolvidos objetivam a materialização dos objetivos propostos nesta disciplina. Para tanto, parte-se de uma abordagem qualitativa, inscrita na perspectiva histórico-crítica, com ênfase no materialismo-dialético. A metodologia de trabalho prevê exposições participativas e dialogadas, trabalhos em duplas/trios e em grupos, seminários da turma e/ou integrados com outras disciplinas, leituras preliminares seguidas de discussões em sala de aula, sessões audiovisuais, saídas de campo (visita à espaços de organização coletiva de trabalhadores/as), articulação com atividades de extensão e pesquisa, no âmbito do Serviço Social, que abordam temas vinculados ao conteúdo programático da disciplina; pesquisa documental em fontes públicas sobre temas abordados na disciplina. O material bibliográfico indicado pela professora deve ser necessariamente objeto de estudo prévio. As atividades externas serão previamente organizadas e as experiências visitadas ou a participação em atividades afins, serão sistematizadas, com vistas a uma apreensão teórico-prática sobre os conteúdos abordados. A disciplina também será ofertada para o desenvolvimento de atividade de Estágio Docente do Mestrado de Política Social e Serviço Social e outros PPGs, se houver interesse. O Estágio Docente consistirá nas atividades de planejar, ministrar aulas e participar da avaliação dos/as discentes na disciplina. Objetiva-se com a metodologia desenvolvida na disciplina, materializar a articulação do tripé ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação de um perfil profissional crítico, interventivo e comprometido com a construção de uma nova ordem societária sem exploração/opressão de classe, gênero, sexo, raça e etnia. Assim, é fundamental a participação protagonista dos/as estudantes no processo de ensino-aprendizagem e construção do conhecimento.

Bibliografia

Básica Essencial

ALMEIDA, Sílvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. ISBN 9788598349749.

DAVIS, Ângela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. ISBN 9788575595039.

SAFFIOTI, Heleleth I. B.. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. ISBN 9788577432622.

Básica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABPESS). Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades. Ano 14, n. 27 (jan/jul. 2014). Brasília: ABEPSS, 2014.

Básica

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018. ISBN 9788524926389.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir. A educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020. ISBN 9788546901401.

JESUS, Carolina Mara de. Quarto de Despejo. Diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014. ISBN 9788508171279.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, classe e movimento social. São Paulo: Cortez, 2010. ISBN 9788524918575.

MOREIRA, Adilson. Racismo Recreativo. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. ISBN 9788598349701.

SANTOS, Josiane Soares. Questão Social: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. ISBN ISBN 9788524919466.

Complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: ABEPSS, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Racismo. Brasília: CFESS, 2016. ISBN 978-85-99447-20-8.

ROCHA, Roseli da Fonseca. A Incorporação da Temática Étnico-Racial no Processo de Formação em Serviço Social: avanços e desafios. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes. Diversidade sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo. Vitória/ES, 2017. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/D84X2bDJY6w13h0wo9py.pdf>

SILVA, Neide Cristina da. Dialética Radical do Negro no Brasil de Clóvis Moura. São Paulo: EccoS ? Rev. Cient, 2016.

Outras Referências

Não existem outras referências para este plano de ensino.

Observações

Nenhuma observação incluída.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral
Câmara do Curso de Serviço Social



Ficha 2

1º semestre letivo de 2022 | 06.06.2022 a 17.09.2022 | Res. 04/22-CEPE

INFORMAÇÕES GERAIS					
Módulo: Segmentos Sociais, Participação e Controle Social.					Código: SL SLSS026
Docente: Robson de Oliveira					
E-mail (obrigatório): robson.de.oliveira@ufpr.br				Celular: 41 - 92220660	
Natureza: (X) Obrigatória () Optativa		Duração: (X) Semestral () Anual () Modular Turno: () Matutino () Vespertino () Noturno () Integral			
Pré-requisito:		Co-requisito:		Modalidade: (X) Presencial () *CH EaD () Totalmente EaD	
CH Total: 60	Padrão (PD): 60	Laboratório (LB): 00	Campo (CP): 00	Estágio (ES): 00	Orientada (OR): 00
CH semanal: 4		Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 00		Prática como Componente Curricular (PCC): 00	
				Extensão (EXT): 00	
EMENTA, PROGRAMA E OBJETIVOS DO MÓDULO					
UNIDADE DIDÁTICA					
Abordagens e Perspectivas teóricas acerca dos diferentes segmentos sociais. As expressões da questão social e as políticas afirmativas e de proteção social voltadas aos diferentes segmentos sociais. Relação sociedade civil e Estado. Processos de organização sócio-política e mecanismos de controle social. Movimentos sociais. Conselhos de direitos.					
PROGRAMA (Cf. Resoluções nº 04/22-CEPE)					
O racismo estrutural e a sociedade brasileira. Segmentos Sociais e Lutas Identitárias. O protagonismo feminista nas lutas sociais. Os fundamentos do Serviço Social, as Políticas Públicas e Sociais em sua relação com a noção de branquitude e impacto disso no âmbito da formação profissional e exercício profissional. Diversidade Sexual e sua interface com as políticas públicas e sociais. Concepções de Participação Social: democracia X autoritarismo. Controle Social e neoliberalismo.					
OBJETIVO GERAL					
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar no estudante a compreensão sobre temáticas pertinentes aos segmentos sociais por meio do debate sobre as lutas identitárias, participação e controle social. 					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
<ul style="list-style-type: none"> Compor uma cartografia sobre as lutas identitárias por meio das classes sociais; Analisar segmentos específicos e sua organização na sociedade; Problematizar as compreensões acerca dos segmentos sociais, participação e controle social. 					

BIBLIOGRAFIA



Ministério da Educação
 Universidade Federal do Paraná
 Setor Litoral
 Câmara do Curso de Serviço Social

**BÁSICA (mínimo 03 títulos)**

- Brasil. Congresso. Senado. Estatuto do idoso: dispositivos constitucionais pertinentes. Brasília: Senado Federal/Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2003.
- PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Código civil da família: anotado, legislação correlata em vigor / 2.ed. Porto Alegre: Síntese, 2003.
- RAICHELIS, Raquel. Esfera Pública e Conselhos de Assistência: Caminhos da Construção Democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Polén, 2019. 252 p. (Feminismos Plurais). (p. 23 – 58)
- CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. Capítulo 1: Fundamentos teórico-políticos da diversidade humana, do heteropatriarcado e do racismo (P. 23 – 88) e Capítulo 3: Feminismo e Diversidade Sexual: um encontro com o projeto ético-político do Serviço Social. (P. 145 – 177). São Paulo: Cortez, 2018).
- GOZANLEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**. Capítulo A Mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica (p. 49 – 64). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2020. Capítulo II Branquitude: 49 – 74.

APROVAÇÕES

Coordenador(a) da Câmara:

• Encargos didáticos de ensino na graduação aprovados na reunião de ____/____/2022 do curso
(Câmara de lotação do docente)

• Encargos didáticos de ensino na graduação aprovados na reunião de ____/____/2022 do curso
(Câmara de colaboração do docente)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM Plano de ensino de graduação
Identificação da disciplina e dos dados da oferta:
<p>Curso: 528 - Serviço Social - Bacharelado (Noturno) Disciplina: DSS0005 - GÊNERO, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL Turma: 10 Ano/período: 2022/1. Semestre Carga horária: 60h Docente(s): LAURA REGINA DA SILVA CAMARA MAURICIO DA FONSECA</p>
Objetivos
<p>Conhecer as teorias e as perspectivas de análise de gênero nas ciências humanas e sociais. Aprender o processo de construção social da categoria gênero. Compreender a discriminação positiva de gênero na formulação das políticas sociais. Identificar as conquistas e os desafios no contexto das políticas sociais para os gêneros e os transgêneros na realidade brasileira. Abordar a dimensão interventiva do Serviço Social, nas expressões da questão social com e gênero.</p>
Ementa:
<p>ASPECTOS CONCEITUAIS DA CATEGORIA TEÓRICA GÊNERO GÊNERO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL</p>
Programa da disciplina:
<p>UNIDADE 1 - ASPECTOS CONCEITUAIS DA CATEGORIA TEÓRICA GÊNERO</p> <p>1.1 - Os diferentes aspectos da construção social do gênero: diferenciação sexual, identitária, subjetividade e relações de poder.</p> <p>1.2 - A contribuição das teorias feministas na conceituação do gênero e compreensão das relações de gênero.</p> <p>UNIDADE 2 - GÊNERO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL</p> <p>2.1 - Perfil atual da política social no Brasil e as questões de gênero: conquistas e desafios, na perspectiva da discriminação positiva de gênero.</p> <p>2.2 - Segmentos sociais, movimentos sociais e a formulação das políticas sociais para a garantia de direitos e igualdade de gênero.</p> <p>UNIDADE 3 - GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL</p> <p>3.1 - A contribuição do Serviço Social às questões de gênero, no contexto das políticas sociais, movimentos sociais e academia.</p> <p>3.2 - Marxismo, feminismo e Serviço Social: tradição marxista, movimentos feministas e a categoria gênero para o Serviço Social.</p> <p>3.3 - O gênero na institucionalização da profissão de assistente social.</p>

Bibliografia básica:

CISNE, M. Feminismo e Consciência de Classe no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, M. Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. A Mulher na sociedade de Classes: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VELOSO, R.; BEZERRA V. Gênero e Serviço Social: desafios a uma abordagem crítica. São Paulo: Saraiva, 2015.

Bibliografia complementar:

BIROLI, F.; MACHADO M D C.; Vaggione, J M. Gênero, Neoconservadorismo e Democracia. São Paulo: Boitempo, 2020.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

NOGUEIRA, L. Relações Patriarcais de Gênero e Serviço Social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2018.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2004.

Bibliografia de apoio:

ALVES, A. M. Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social. Serviço Social & Sociedade – Diversidade Sexual e de Gênero. São Paulo, v.132. p. -268-286, maio/ago., 2018.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. São Paulo, Cortez, 2018. (Biblioteca Básica do Serviço Social).

CISNE, M. Feminismo e Marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. Serviço Social & Sociedade – Diversidade Sexual e de Gênero. São Paulo, v. 132. p. 211-230, maio/ago., 2018.

FEDERICI, S. O Patriarcado do salário. Vol. I. São Paulo: Boitempo, 2021.

FONSECA, L.R.S.C.M.; MACHADO, V.B.; NORONHA, K. R.; SANTOS, J.C. (Orgs.) Hegemônicas: Perspectivas de gênero em debate. Bagé, Editora Faith, 2019.

LEITE, T. Crítica ao Feminismo Liberal: Valor-clivagem em marxismo feminista. São Paulo: Contracorrente, 2020.

TELES, M.A.A. Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios. São Paulo: Alameda, 2017.

TIBURI, M. Feminismo em Comum - para todas, todes e todos. 6ªed. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 2018.

Metodologia:

As aulas serão realizadas em encontros síncronos (presenciais) e/ou assíncronos (orientações de grupos de trabalho e palestras de convidadas/os – a depender da disponibilidade e acesso destas/es, com foco na participação coletiva da turma. Atividades baseadas em metodologias ativas e crítico-reflexivas, alternadas por exposições da docente, exercícios individuais e/ou em grupo para apreensão e solução de problemas teórico-práticos.

Ao longo da disciplina estão previstas quatro (2) atividades de cunho avaliativo, que representam cem por cento do aproveitamento, sendo cumulativas para nota final.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
 CENTRO SOCIOECONÔMICO
 DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
 CAMPUS REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE – CEP 88040-900 – FLORIANÓPOLIS / SC
 TELEFONE +55 (48) 3721-3800 - FAX +55 (48) 3721-9990
 dss@contato.ufsc.br | www.dss.ufsc.br

Disciplina: SERVIÇO SOCIAL E GÊNERO

Plano elaborado a partir do Calendário Suplementar Excepcional para substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais, tendo em vista a pandemia do novo coronavírus – COVID-19, em atenção à Portaria MEC 544, de 16 de junho de 2020 e à Resolução 140/2020/CUn, de 24 de julho de 2020 e alterações ulteriores.

Código: DSS7166

Turma: 05309 Fase: 5ª. Semestre: 2020.1 (excepcional)

Professora: Maria Regina de Avila Moreira (e-mail: regina.avila@ufsc.br)

Carga horária: 72 h/a

Atividades Síncronas: 18h/a da carga horária total (2h a cada encontro, ou seja, 1h40h/a)

Atividades Assíncronas: 54h/a da carga horária total

Atendimento aos estudantes: 1 hora semanal, nos dias de aula após o horário do encontro síncrono.

Estagiárias docentes: Bruna Amato e Christiane dos Santos Luciano

Programa de Disciplina

Ementa

Construção social das relações de gênero. História do movimento feminista. Perspectivas teóricas presentes na construção dos conceitos de gênero. Sexualidade, raça e etnia e classe social. Serviço Social e relações de gênero. Gênero e políticas públicas.

Objetivos Geral

Introduzir o debate sobre as determinações para a formação e exercício profissional do Serviço Social quanto às relações sociais de gênero no contexto da sociabilidade capitalista.

Objetivos Específicos

- Identificar as determinações de gênero, classe e raça/etnia para a formação e exercício profissional;
- Introduzir a história do feminismo e as diferentes concepções sobre as categorias sócio-históricas que marcam a luta das mulheres;
- Identificar as tendências teóricas e políticas no debate sobre gênero, sexualidade, raça/etnia e classe.

Conteúdo programático

Introdução:

Apresentação, discussão do Programa de Disciplina e organização das aulas a partir da realidade das/dos discentes.

Unidade I - Serviço Social, relações de gênero o projeto ético político do Serviço Social.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
 CENTRO SOCIOECONÔMICO
 DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
 CAMPUS REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE – CEP 88040-900 – FLORIANÓPOLIS / SC
 TELEFONE +55 (48) 3721-3800 - FAX +55 (48) 3721-9990
 dss@contato.ufsc.br | www.dss.ufsc.br

1.2 A histórica relação do Serviço Social e relações sociais de gênero

1.2.1 O projeto ético político do Serviço Social e compromissos de classe, gênero, étnico-raciais e diversidade sexual

1.3 O debate de gênero e feminismo na profissão

Referências Obrigatórias:

ALMEIDA, Guilherme. **Transfobia**. Brasília (DF): CFESS, 2020. 16 p. (Série Assistente social no combate ao preconceito – Caderno 4)

CFESS. As mina, mona e mana vão parar geral. **CFESS Manifesta**. Brasília (DF), 8 mar. 2017.

CFESS. Março de lutas: Marielle semente, Marielle presente. **CFESS Manifesta**. Brasília (DF), 14 mar. 2020.

CFESS. **Orientações para o atendimento de pessoas trans no conjunto CFESS-CRESS**. Brasília (DF), 2019.

CFESS (org.). **Assistentes sociais no combate ao racismo: o livro**. Brasília (DF), 2020. 132 p. (Campanha de Gestão 2017-2020)

CFESS (org.). **Serviço social e diversidade trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate** [compilado de palestras]. Brasília (DF), 2020. 167 p.

LUCIANO, Christiane dos Santos. **O debate sobre gênero e feminismo no Serviço Social brasileiro: uma análise a partir da produção científica da categoria**. 2019. 67 f. TCC - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/199356>. p. 14-18; 35-62.

TENORIO, Emilly Marques. **Machismo**. Brasília (DF): CFESS, 2019. 23 p. (Série Assistente social no combate ao preconceito – Caderno 6)

Referência Complementar:

TEMPORALIS. Brasília: Abepss, v. 14, n. 28, 2014. Coletânea: Serviço Social, Relações de Exploração/opressão de Gênero, Raça/etnia, Geração, Sexualidades. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/514>.

Unidade II - Construção social das relações de gênero. Perspectivas teóricas presentes na construção dos conceitos de gênero. Raça, Gênero e Classe.

2.1. O trabalho doméstico e a realidade das mulheres

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
 CENTRO SOCIOECONÔMICO
 DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
 CAMPUS REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE – CEP 88040-900 – FLORIANÓPOLIS / SC
 TELEFONE +55 (48) 3721-3800 - FAX +55 (48) 3721-9990
 dss@contato.ufsc.br | www.dss.ufsc.br

Referências Obrigatórias:

DAVIS, Angela. A obsolescência das tarefas domésticas se aproxima: uma perspectiva da classe trabalhadora. In: DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 236-256.

FEDERICI, Silvia. A caça às bruxas e a racionalização capitalista da sexualidade. In.: FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017. p 346-356. Disponível em: http://coletivoscorax.org/wp-content/uploads/2019/09/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB-1.pdf.

FEDERICI, Silvia. A política sexual, o surgimento do Estado e a contrarrevolução. In.: FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017. p 103-108. Disponível em: http://coletivoscorax.org/wp-content/uploads/2019/09/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB-1.pdf.

FEDERICI, Silvia. A politização da sexualidade. In.: FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017. p 80-82. Disponível em: http://coletivoscorax.org/wp-content/uploads/2019/09/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB-1.pdf.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Emprego doméstico e capitalismo**. Rio de Janeiro: Avenir, 1979. 55p. (Coleção Depoimentos – v. 14)

2.2. Encarceramento e as determinações de raça, classe e gênero

Referência Obrigatória:

DAVIS, Angela. Feminismo e abolicionismo: teorias e práticas para o século XXI. In: DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 89-103.

2.3. Desafios para o Movimento Feminista na atualidade

Referência Obrigatória:

GURGEL, Telma. Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade

Unidade III - Sexualidade e Gênero. Desafios e compromissos contemporâneos para o Serviço Social.

3.1 Gênero e Sexualidade

Referências Obrigatórias:

FOUCAULT, Michel. O dispositivo de sexualidade. In.: FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1999. p. 73-124.

BUTLER, Judith. Introdução. In.: **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**.

BUTLER, Judith. Vida precária, vida digna de luto. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

06/11/20	Unidade III Gênero e Sexualidade	Encontro Síncrono - Leitura do material - Vídeos -	FOUCAULT, Michel. O dispositivo de sexualidade. In.: FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1999. p. 73-124. Vídeos: Canal das bee - Sexo biológico (4min) https://www.youtube.com/watch?v=YgcSbT1M0Bo Canal das bee - Identidade de gênero (5 min) https://www.youtube.com/watch?v=BwY9EIZWKzg Canal das bee - Orientação sexual (4 min) https://www.youtube.com/watch?v=Hg4IPITZNyc Canal das bee - Papel de gênero (3 min) https://www.youtube.com/watch?v=fgRrmDkDSCM Canal das bee - Transgênero, Transexual ou Travesti? (7 min) https://www.youtube.com/watch?v=dRAoKqIXHeg Canal das bee - Gênero não-binário (6 min) https://www.youtube.com/watch?v=HwmWqtAyj2E Canal das bee - O que é intersexo? (6 min) https://www.youtube.com/watch?v=2iWaWsiSnd4
13/11/20	Gênero e Sexualidade	Encontro Síncrono - Leitura do material - Vídeos -	BUTLER, Judith. Introdução. In.: Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo" . Vídeos: Canal das bee - Vamos falar sobre invisibilidade lésbica (9 min) https://www.youtube.com/watch?v=2iWaWsiSnd4

			<p>tch?v=eIImpmKsmwU</p> <p>Louie Ponto - nem parece lésbica (11 min)</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=pxVXkrnUpuI</p> <p>Lorelay Fox - ser gay cansa (5 min)</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=3cua-u4q3Xs</p> <p>Canal das bee - Educação LGBT (9 min)</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=U-SZwN9GWc</p>
20/11/20	Gênero e Sexualidade	<p>Encontro Síncrono -</p> <p>Leitura do material -</p> <p>Vídeos -</p>	<p>BUTLER, Judith. Vida precária, vida digna de luto. Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.</p> <p>Vídeos:</p> <p>Louie Ponto - estereótipos de gênero e papéis sociais (11min)</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=ZN81FAzsV_I</p> <p>Canal das bee - Ideologia de gênero mata mesmo (20 min)</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=kOk6xQ3zBSQ</p> <p>Canal das bee - É fácil trabalhar sendo homem trans? (12 min)</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=xNNNQwTN_vE</p> <p>Débora Baldin - Conservadorismo cristão, criminalização e solidão dos LGBTs (13 min - ATIVAR LEGENDA)</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=xNNNQwTN_vE</p>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 Universidade Federal da Integração Latino-Americana
 Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política



3. FALEIROS, V. P. "Alternativas Metodológicas de Pesquisas em Serviço Social". In *Revista Serviço Social e Sociedade*, n.o 21, Cortez: São Paulo.

Bibliografia complementar:

1. GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
2. MIOTO, R. C. T; LIMA, T. C. S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. *Revista Textos e Contextos*. Porto Alegre: PUCRS, 2009, p. 22-48.
3. NETTO, J. P. Introdução ao estudo do método de Marx. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. v. 1. 64p .
4. SALOMON, D. V. *Como fazer uma monografia*. 10. ed. rev. São Paulo: M. Fontes, 2001.
5. SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2008.

Pré-Requisitos: Monografia I

Oferta: Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política

23.3 DISCIPLINAS DO NÚCLEO ESPECÍFICO OPTATIVO

SERVIÇO SOCIAL E GÊNERO		
<i>Carga horária total:</i> 68h	<i>Carga horária teórica:</i> 68h	<i>Carga horária prática:</i> 0h
<i>Ementa:</i> Estudo e investigação de temas contemporâneos vinculados as expressões da Questão Social: a questão de gênero. Serviço Social e relações de gênero. Relações de gênero na América Latina contemporânea e expressões da questão social. Objetivo: Qualificar para a compreensão da problemática das relações de gênero na sociedade latini-americana contemporânea e sua relevância nas expressões da "questão social".		
<i>Bibliografia básica:</i>		
1. COSTA, A. e Bruschini, C. (orgs.). <i>Uma questão de gênero</i> . Rio de Janeiro, Rosa dos		

Ventos, 1992.
2. COMBES, D., Haicault, M. "Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes" in Kartchevsky, A. et alii. O sexo do trabalho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
3. GRASSI, E. <i>La mujer y la profesión de asistente social</i> . Buenos Aires: Humanitas, 1989.
1. GOLDMAN, Wendy, <i>Mulher Estado e Revolução</i> . São Paulo: Boitempo, 2014.
<i>Bibliografia complementar:</i>
1. KERGOAT, D. "Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação", in Kartchevsky, op. Cit.
2. _____ . "Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho", in Lopes, M. J. M., Meyer, D. E., Waldow, V. R. (orgs.). Gênero e saúde. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.
3. LAURETIS, T. "Tecnologia do gênero" in Hollanda, H. B. (org.). Tendências e impasses – o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
4. SAFFIOTI, H. "Rearticulando gênero e classe social", in Costa, A. O., Bruschini, C. (orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1992.
5. SCOTT, J. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", in Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, 16 (2), jul./dez. 1990.
<i>Pré-Requisitos: -----</i>
<i>Oferta:</i> Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política

FUNDAMENTOS DO TRABALHO SOCIAL CRÍTICO NA AMÉRICA LATINA		
<i>Carga horária total:</i> 68h	<i>Carga horária teórica:</i> 68h	<i>Carga horária prática:</i> 0h
<i>Ementa:</i> Centralidade a Luta de classes e o Serviço Social na América Latina. Herança teórico-política e metodológica de Marx: base sobre a qual se propõe a construção do Trabalho Social Crítico na América Latina. Debates e desafios históricos da profissão desde o Movimento de Reconceituação latino-americano. Tendências contemporâneas		

Projeto Pedagógico aprovado pela Resolução nº 55/2014/Cosuen, de 12 de Dezembro de 2014, alterado pela Resolução nº 4/2016 que aprovou, *ad referendum* o Adendo I, pela Resolução nº 6/2017 que aprovou o Adendo II, pela Resolução 5/2018 que aprovou *ad referendum* o Adendo III e a Resolução 13/2021 que aprova o Adendo IV.

São Paulo; Ed. Selo Negro, 2003.
 ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e identidade nacional**. Brasiliense: São Paulo, 1994.
 SILVA, Tomaz Tadeu Da Silva,(org). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 2002.
 STOER, S. e CORTESÃO, L. **Levantando A Pedra – Da Pedagogia Inter/Multicultural às Políticas Educativas Numa Época de Transnacionalização**. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

Referências Bibliográficas Complementares

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Antropologia**. Diversidade e Educação. Fascículos 3º e 4º, 2º ed. rev. Cuiabá, EDUFMT, 2000.
 _____. **Território Negro em Espaço Branco: Estudo Antropológico de Vila Bela**. Editora Brasiliense. São Paulo, SP, 1988.
 CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**. Edusp: São Paulo, 2003.
 CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença**. Revista Brasileira de Educação, v. 13, p. 45-56, 2008.
 CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2001.
 DCNERER (Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana). **Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008**.
 MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 2000.
 MUNANGA, Kabenguele; GOMES, Nilma Lino. **Para Entender o Negro no Brasil de Hoje: História, Realidades, Problemas e Caminhos**. São Paulo: Global: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004. – (Coleção Viver, Aprender).
 RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
 PIOVESAN, Flávia. **Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos**. In: Ações afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

Identificação do Componente Curricular	
Relações de Gênero	Carga horária: 60 horas
Ementa	
As relações de gênero enquanto construções sociais. As principais abordagens teóricas do conceito de gênero: estruturalismo, marxismo e pós-estruturalismo. Gênero, sexualidade e identidade. As políticas sociais e a questão de gênero.	
Objetivos	
<p>Geral: Compreender as formas de construção da identidade de gênero, dimensionando no contexto das relações de gênero e das relações de poder instituídas e instituintes na</p> <p>sociedade de classes, articulando os conceitos e as dinâmicas estudadas, a fim de qualificar para a compreensão das relações de gênero na sociedade brasileira contemporânea e sua relevância nas expressões da "questão social".</p> <p>Específicos: Problematicar de acordo com campos teórico-políticos específicos, que a transformaram em categoria de análise de um conjunto de fenômenos sociais, históricos, políticos econômicos e psicológicos que, habitualmente, são vistos como naturais e isentos das relações de poder. Analisar as diferentes concepções sobre gênero: a partir das perspectivas das Teorias Feministas, Histórica, Cultural e do Patriarcado. Contextualizar o histórico do surgimento da categoria gênero para se falar sobre essas relações sociais não reconhecidas.</p>	

Referências Bibliográficas Básicas

- ALVES, B. M. & PITANGUY. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM, S. G. (org). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC: ED. 34, 2002.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo - A Experiência Vivida**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1980.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRUSCHINI, C.; Costa, A. de O. (Orgs.). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.
- GERGEN, M. Mc. C (Org.) **O Pensamento Feminista e a Estrutura do Conhecimento**. Brasília, DF, Editora Universidade de Brasília, Editora Rosa dos Tempos, 1993.
- HOLLANDA, Ana Buarque. **Tendências e Impasses - o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LOPES, G. (Org.) **Gênero, Educação e Sexualidade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006.
- LOPES, M.J. M., MEYER, D. E., WALDOW, V. R. (orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.
- NOLASCO, S. (Org.) **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Rocco, 1995.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: Utopia da Cidade Disciplinar**. Editora Paz e Terra.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2004.
- VIEZZER, M. **O Problema não Está na Mulher**. São Paulo, SP, Ed. Cortez, 1989.

Referências Bibliográficas Complementares

- ALMEIDA, S.S. **Femicídio: algemas (in)visíveis do público-privado**. Rio de Janeiro, Revinter, 1998.
- ADELMAN, Miriam & SILVESTRIM, C. B. **Gênero Plural: um debate interdisciplinar**. Curitiba: Editora UFPR, 2002.
- ARAÚJO, C. & SCALON, C. (org). **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- AVILA, Maria Bethânia (org). **Novas Legalidades e Democratização da Vida Social**. Editora Garamound.

182

- ALZANDUA, Glória. **Falando em línguas: uma carta para mulheres escritoras do Terceiro Mundo**. In: Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 1, 2000.
- COMBES, D., HAICAULT, M. "Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes" in KARTCHEVSKY, A. et alii. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- CITELI, M. T. **Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento**. In: Revista Estudos Feministas. V. 9 n.1, Florianópolis-SC: UFSC, 2001.
- GRASSI, E. **La mujer y laprofesión de asistente social**. Buenos Aires: Humanitas, 1989.
- LEGAULT, Gisele. **Intervenção Feminista em Serviço Social**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, 37, Ano XII. (Trad. Eva Faleiros) São Paulo: Cortez, 1991.
- MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Editora Gradiva.
- OLIVEIRA, E. M. **A Mulher, a Sexualidade e o Trabalho**. São Paulo: Hucitec/CUT, 1999.
- HOLLANDA, Ana Buarque. (Org.) **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- PERROT, Michelle. **As Mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: São Paulo, EDUSC, 2005.
- PIERUCCI, Flávio. **As ciladas da diferença**. In: Tempo Social Revista de Sociologia da USP, 2. USP: São Paulo, 1993.
- SORJ, Bila & BRUSCHINI, C. **Novos Olhares: mulheres e relações de Gênero no Brasil**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Marco Zero, 1994.
- SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", in **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, 16 (2), jul./dez. 1990.